

# Relatório Anual

Comissão de Agricultura, Pecuária,  
Abastecimento e Desenvolvimento Rural



2016





Foto: Banco de imagens gratuito



# Mesa da Câmara dos Deputados

55ª Legislatura - 2ª Sessão Legislativa Ordinária

Presidente

*Rodrigo Maia*

1º Vice-Presidente

*Waldir Maranhão*

2º Vice-Presidente

*Giacobo*

1º Secretário

*Beto Mansur*

2º Secretário

*Felipe Bornier*

3ª Secretária

*Mara Gabrilli*

4º Secretário

*Alex Canziani*

Suplentes de Secretário

1º Suplente

*Mandetta*

2º Suplente

*Gilberto Nascimento*

3º Suplente

*Luiza Erundina*

4º Suplente

*Ricardo Izar*

Diretor-Geral

*Lucio Henrique Xavier Lopes*

Secretário-Geral da Mesa

*Wagner Soares Padilha*

## Sumário

<b>Equipe Técnica</b>	<b>6</b>
<b>Palavra do Presidente</b>	<b>8</b>
<b>Mesa Diretora</b>	<b>11</b>
<b>Membros da Comissão</b>	<b>12</b>
<b>Maio</b>	<b>17</b>
<b>Junho</b>	<b>27</b>
<b>Julho</b>	<b>35</b>
<b>Agosto</b>	<b>39</b>
<b>Setembro</b>	<b>43</b>
<b>Outubro</b>	<b>51</b>
<b>Novembro</b>	<b>57</b>
<b>Dezembro</b>	<b>67</b>
<b>Proposições</b>	<b>73</b>
<b>Requerimentos</b>	<b>115</b>
<b>Audiências Públicas</b>	<b>137</b>
<b>Emendas Orçamentárias</b>	<b>156</b>
<b>Expediente</b>	<b>160</b>

## **EQUIPE TÉCNICA**

### **Diretoria Legislativa**

#### **Diretor**

Afrísio Vieira de Lima Filho

#### **Departamento de Comissões**

#### **Diretora**

Aparecida de Moura Andrade

### **Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural**

#### **Secretário-Executivo**

FRANCISCO ALEXANDRE PIERRE B. LIMA

#### **1ª Substituta – Chefe do Serviço de Comissão**

KÉSIA VIRGÍNIA BEZERRA DE LIMA

#### **2º Substituto – Chefe da Sessão de Gestão de Proposição**

GUILHERME LUIZ GUIMARÃES MEDEIROS

#### **Sessão de Gestão de Proposição**

MARIA CECÍLIA NUNES GONÇALVES

#### **Tramitação de Proposições**

ROSÂNGELA RODRIGUES DE CARVALHO

#### **Adjunto de Secretário de Comissão**

MÁRCIO MARQUES DE PAULA

#### **Secretária do Presidente**

DJENANE VALE DE PAULA

#### **Assessores Técnicos**

DILVA RIBEIRO

KAREN CRISTHIANE DA SILVA CAMPOS

LUCIANA MELO DIAS

#### **Estagiária**

NAYARA SILVA DE OLIVEIRA

#### **Pró-adolescentes**

ANA CATARINA FERREIRA MENDES

TAIANE FERREIRA SOUTO

#### **CÂMARA DOS DEPUTADOS**

Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural

Praça dos Três Poderes, Câmara dos Deputados

Anexo II, Ala C, térreo, sala 34

Brasília - DF - CEP 70160-900

Telefone: (61) 3216-6403 / 3216-6402

<http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/capadr>



Foto: Billy Boss / Câmara dos Deputados

## Palavra do Presidente



Foto: Billy Boss / Câmara dos Deputados

*Agenda positiva e defesa do agronegócio brasileiro*

É com grande satisfação que a Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural (CAPADR) apresenta seu Relatório Anual referente ao ano de 2016.

Sabemos que a população brasileira reconhece e apoia o esforço dos produtores. Por isso

os pleitos dos produtores rurais sempre obtiveram e continuam contando com a solidariedade de todos que reconhecem o valor daqueles que trabalham diretamente a terra e transformam as oportunidades em investimentos produtivos.

Apesar de ter sido um período atípico, em

decorrência da instauração do processo de impeachment exigiu, durante esse período, o adiamento da instalação das Comissões permanentes, a CAPADR aprovou matérias importantes, promoveu Encontros, Audiências Públicas e encerra o ano com saldo positivo pela excelência do trabalho realizado.

Nesse ano atípico, também marcado pela realização das Olimpíadas, no Rio de Janeiro, e pela disputa eleitoral, 53 matérias foram apreciadas pelo Plenário da Comissão, das quais 44 foram aprovadas e 9 rejeitadas. Outras 33 matérias já estão prontas para serem incluídas na pauta de votações do Plenário. Além dessas, outras 50 já iniciaram seu trâmite na Comissão e apenas 1 aguarda designação de relator. Convém mencionar que a Comissão ainda aprovou 86 requerimentos, totalizando 223 proposições.

O desprendimento pessoal de todos os membros desta Comissão permite-nos encontrar soluções ao desenvolvimento rural para que o Brasil possa cumprir um de seus mais importantes papéis, que é o de gerador de alimentos que beneficiem o seu povo.

O Brasil vive um momento peculiar na sua história. Isso se reflete nas lutas parlamentares. Nesta Comissão, têm oportunidade de se manifestar politicamente tanto a oposição quanto o governo, em condições de igualdade, mantendo-se o respeito pelas diferenças ideológicas e políticas.

A presença de autoridades e outros participantes enriquecem o debate com opiniões favoráveis ou contrárias foi uma característica das Audiências Públicas, uma das fontes mais importantes de consulta à sociedade.

Os deputados federais integrantes da Comissão tiveram, por seu lado, a oportunidade de conhecer, dos ministros e demais autoridades governamentais, a visão de governo, de modo a poder compreender mais sistematicamente a dinâmica empreendida pelos diversos órgãos do executivo.

Além das Audiências Públicas na sede da Câmara dos Deputados, em Brasília, a Comissão realizou Encontros, Seminários, Mesa-Redonda em outros Estados, em eventos do segmento agropecuário, e enviou representantes a solenidades importantes em diversos pontos do país.

Outro evento marcante foi a vinda espon-

tânea do Ministro da Agricultura, Senador Blairo Maggi, para discutir o plano de trabalho, ações e prioridades do novo Governo em relação ao setor agrícola e pecuário do Brasil.

Durante o mês de outubro, a Comissão se debruçou sobre as emendas que apresentaria ao projeto de Lei do Orçamento para 2017. Isso foi feito por um processo extremamente democrático contando com a participação de todos os membros da Comissão. Foram os Deputados que indicaram quais programas preferiam que a CAPADR viabilizasse em suas emendas ao Orçamento. Após esse procedimento, foram consolidadas todas as opiniões e apresentadas as Emendas da Comissão, dentre as quais, destinou uma à assistência técnica e extensão rural, uma para fomento ao setor agropecuário, uma para aquisição e distribuição de alimentos da agricultura familiar e uma emenda destinada à pesquisa e desenvolvimento de tecnologias para a agropecuária.

Com muita honra, cumprimento a todos os membros da Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural, ao tempo

que agradeço a disposição e o compromisso para com os trabalhos realizados por este órgão. Agradeço também à colaboração incansável da equipe de servidores da Comissão, que conseguem, com habilidade, articular as ideias, as propostas e a vontade política dos deputados com as regras do processo legislativo e do Regimento Interno da Câmara. A esses e a todos os demais que contribuem para o exercício da atividade parlamentar, deixamos o nosso agradecimento.

O relatório que apresentamos é apenas um resumo desse importante trabalho.

Deputado Federal Lázaro Botelho  
Presidente da CAPADR

# Mesa Diretora



Lázaro Botelho PP/TO  
**Presidente**



Afonso Hamm PP/RS  
**1º Vice-presidente**



Celso Maldaner PMDB/SC  
**2º Vice-presidente**



Dilceu Sperafico PP/PR  
**3º Vice-presidente**

## Membros Titulares



**Adilton Sachetti - PSB/MT**

Nilson Bastian / Câmara dos Deputados



**Afonso Hamm - PP/RS**

Viola Jr. / Câmara dos Deputados



**Alberto Fraga - DEM/DF**

Ananda Borges / Câmara dos Deputados



**André Abdon - PP/AP**

Antonio Augusto / Câmara dos Deputados



**Assis do Couto - PDT/PR**

Zeca Ribeiro / Câmara dos Deputados



**Beto Faro - PT/PA**

Gustavo Lima / Câmara dos Deputados



**Bohn Gass - PT/RS**

Luis Macedo / Câmara dos Deputados



**Carlos Henrique Gaguim - PTN/TO**

Lucio Bernardo Jr. / Câmara dos Deputados



**Celso Maldaner - PMDB/SC**

Lucio Bernardo Jr. / Câmara dos Deputados



**César Messias - PSB/AC**

Banco de imagens do Partido



**Dagoberto - PDT/MS**

Zeca Ribeiro / Câmara dos Deputados



**Dilceu Sperafico - PP/PR**

Gilberto Nascimento / Câmara dos Deputados



**Domingos Sávio - PSDB/MG**

Ananda Borges Pimentel / Câmara dos Deputados



**Evair Vieira de Melo - PV/ES**

Antonio Augusto / Câmara dos Deputados



**Evandro Roman - PSD/PR**

Luis Macedo / Câmara dos Deputados



**Expedito Netto - PSD/RO**

Zeca Ribeiro / Câmara dos Deputados

## Membros Titulares



Francisco Chapadinha - PTN/PA

Banco de imagens do Partido



Heitor Schuch - PSB/RS

Gustavo Lima / Câmara dos Deputados



Irajá Abreu - PSD/TO

Alex Ferreira / Câmara dos Deputados



Jerônimo Goergen-PP/RS

Luis Macedo / Câmara dos Deputados



João Daniel - PT/SE

Antonio Augusto / Câmara dos Deputados



João Rodrigues - PSD/SC

Zeca Ribeiro / Câmara dos Deputados



Jony Marcos - PRB/SE

Luis Macedo / Câmara dos Deputados



Josué Bengtson - PTB/PA

Leonardo Prado / Câmara dos Deputados



Lázaro Botelho - PP/TO

Lucio Bernardo Jr. / Câmara dos Deputados



Luis Carlos Heinze - PP/RS

Leonardo Prado / Câmara dos Deputados



Luiz Cláudio - PR/RO

Gustavo Lima / Câmara dos Deputados



Luiz Nishimori - PR/PR

Lucio Bernardo Jr. / Câmara dos Deputados



Magda Mofatto - PR/GO

Luis Macedo / Câmara dos Deputados



Marcelo Aro - PHS/MG

Zeca Ribeiro / Câmara dos Deputados



Marcon - PT/RS

Leonardo Prado / Câmara dos Deputados



Nelson Meurer - PP/PR

Zeca Ribeiro / Câmara dos Deputados

## Membros Titulares



**Nilson Leitão - PSDB/MT**

Gustavo Lima / Câmara dos Deputados



**Odelmo Leão - PP/MG**

Gustavo Lima / Câmara dos Deputados



**Onyx Lorenzoni - DEM/RS**

Alex Ferreira / Câmara dos Deputados



**Pedro Chaves - PMDB/GO**

Gabriela Korossy / Câmara dos Deputados



**Raimundo Gomes de Matos - PSDB/CE**

Lucio Bernardo Jr. / Câmara dos Deputados



**Roberto Balestra - PP/GO**

Luis Macedo / Câmara dos Deputados



**Rogério Peninha Mendonça - PMDB/SC**

Saulo Cruz / Câmara dos Deputados



**Sérgio Souza - PMDB/PR**

Zeca Ribeiro / Câmara dos Deputados



**Tampinha - PSD/MT**

Câmara dos Deputados



**Tereza Cristina - PSB/MS**

Zeca Ribeiro / Câmara dos Deputados



**Valdir Colatto - PMDB/SC**

Lucio Bernardo Jr. / Câmara dos Deputados



**Valmir Assunção - PT/BA**

Nilson Bastian / Câmara dos Deputados



**Walter Alves - PMDB/RN**

Antonio Araújo / Câmara dos Deputados



**Zé Carlos - PT/MA**

Lucio Bernardo Jr. / Câmara dos Deputados



**Zé Silva - SD/MG**

Alexandra Martins / Câmara dos Deputados



**Zeca do PT - PT/MS**

Gabinete / Câmara dos Deputados

## Membros Suplentes

Afonso Motta - PDT/RS  
Alceu Moreira - PMDB/RS  
Alexandre Baldy - PTN/GO  
Beto Rosado - PP/RN  
Cajar Nardes - PR/RS  
Carlos Bezerra - PMDB/MT  
Carlos Marun - PMDB/MS  
Carlos Melles - DEM/MG  
Célio Silveira - PSDB/GO  
César Halum - PRB/TO  
Daniel Vilela - PMDB/GO  
Diego Andrade - PSD/MG  
Duarte Nogueira - PSDB/SP  
Giovani Cherini - PR/RS

Givaldo Carimbão - PHS/AL  
Hélio Leite - DEM/PA  
Heuler Cruvinel - PSD/GO  
Jorge Boeira - PP/SC  
Luciano Ducci - PSB/PR  
Marcos Montes - PSD/MG  
Mário Heringer - PDT/MG  
Miguel Lombardi - PR/SP  
Nelson Marquezelli - PTB/SP  
Newton Cardoso Jr - PMDB/MG  
Nilton Capixaba - PTB/RO  
Padre João - PT/MG  
Pepe Vargas - PT/RS  
Professor Victório Galli (\*)

Professora Dorinha Seabra Re-  
zende - DEM/TO  
Raquel Muniz - PSD/MG  
Remídio Monai - PR/RR  
Renzo Braz - PP/MG  
Ricardo Bentinho - PRB/SP  
Rocha - PSDB/AC  
Shéridan - PSDB/RR  
Uldurico Junior - PV/BA  
Vander Loubet - PT/MS  
Veneziano Vital do Rêgo - PMDB/PB  
Wellington Roberto - PR/PB  
Wilson Filho - PTB/PB

(\*) = deputado(a) não está no exercício do mandato.



Foto: Banco de imagens gratuito



**MAIO**

## Lázaro Botelho irá presidir Comissão de Agricultura em 2016



Foto: Lucio Bernardo Jr./Câmara dos Deputados

### **Colegiado, que funciona na Câmara desde a época do Império, aprovou 111 propostas em 2015**

03 de maio – O deputado Lázaro Botelho (PP-TO) foi eleito nesta terça-feira (3) para presidir a Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural da Câmara dos Deputados em 2016. Botelho afirmou que vai se reunir com o colegiado para definir as prioridades para este ano. Segundo o deputado, pautas como demarcações de terras, questões indígenas e invasões de terra estarão em discussão na comissão.

A Comissão de Agricultura também elegeu os 1º, 2º e 3º vice-presidentes, respectivamente, os

deputados Afonso Hamm (PP-RS), Celso Maldaner (PMDB-SC) e Dilceu Sperafico (PP-PR).

### **A comissão**

Criada durante o Império com o nome de Comissão de Minas e Bosques, a Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural é uma das mais disputadas da Câmara, principalmente por integrantes das bancadas ruralista e ambientalista. O colegiado tem, entre seus objetivos, a definição de uma política para o setor agrícola, como o crédito concedido aos agricultores e a definição de regras relacionadas à questão fundiária.

### **Trabalho escravo**

Presidida no ano passado pelo deputado Irajá Abreu (PSD-TO), a comissão aprovou 111 propostas e rejeitou outras 47 em 2015. Entre as matérias aprovadas, está o Projeto de Lei 5919/13, que trata de regras para a indenização a agricultores ocupantes de terras indígenas demarcadas. Essa proposta, inclusive, já foi aprovada também pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania em caráter conclusivo e está agora em análise no Senado.

Outra proposta aprovada em 2015 é a que

define o conceito de trabalho escravo (PL 3842/12). O texto retira os termos “jornada exaustiva” e “condições degradantes de trabalho” da definição atual do crime. Conforme o projeto, a expressão "condição análoga à de escravo, trabalho forçado ou obrigatório" compreende o trabalho ou serviço realizado sob ameaça, coação ou violência, com restrição de locomoção e para o qual a pessoa não tenha se oferecido espontaneamente.

A proposta aguarda agora análise na Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público.

Já neste ano, a comissão pode votar proposta (PL 1016/15) que proíbe agrônomos e veterinários de exercer a profissão de zootecnista.

Reportagem – Noéli Nobre e Luiz Gustavo Xavier  
Edição – Adriana Resende  
Da Agência Câmara Notícias

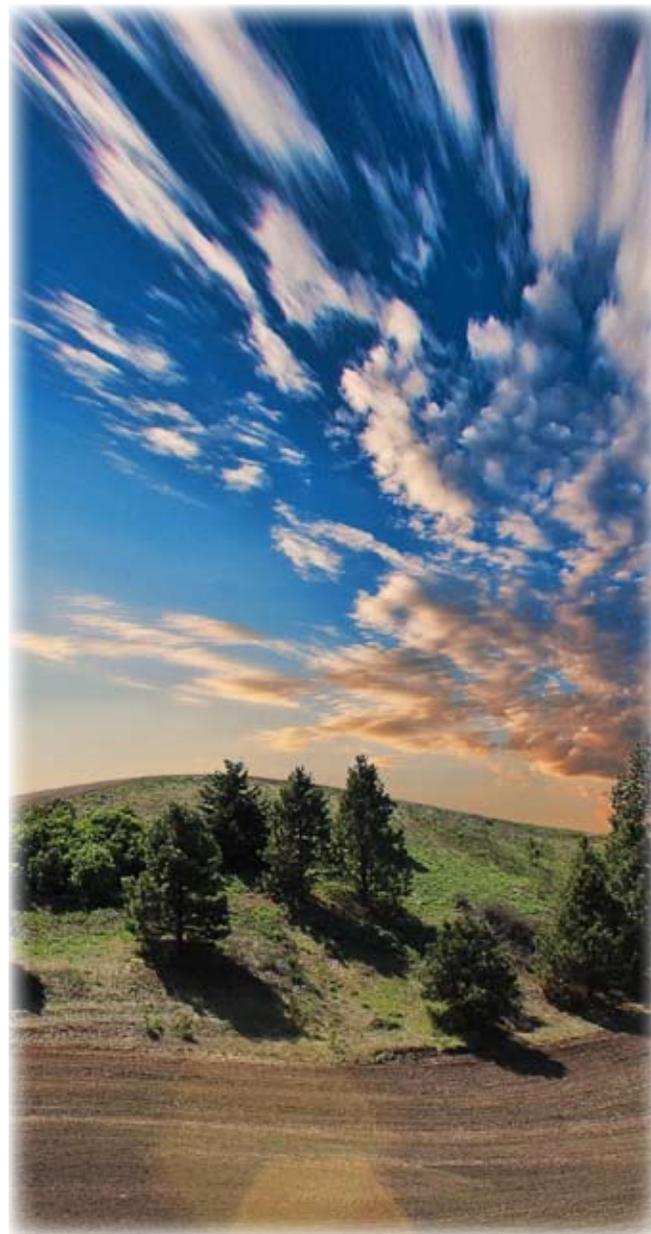


Foto: Banco de imagens gratuito

## Comissão exclui mel e derivados de normas de inspeção de produtos de origem animal

**12 de maio** – A Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural aprovou, nesta quarta-feira (11), o Projeto de Lei 3358/15,



que exclui mel, cera, própole, geleia real e demais produtos da apicultura das normas de inspeção de produ-

tos de origem animal, previstas na Lei 1.283/50.

Pela proposta, do deputado Alceu Moreira (PMDB-RS), os produtos apícolas ficarão sujeitos a normas específicas, definidas em regulamento. Segundo o texto, as ações de inspeção e fiscalização deverão ter natureza “prioritariamente orientadora” quando se tratar de estabelecimentos de pequeno porte.

O parecer do relator, deputado Roberto Balestra (PP-GO), foi favorável à proposta. Ele concordou com a justificativa do autor, de que “não faz sentido que se apliquem ao mel e a outros produtos

apícolas as mesmas regras aplicáveis a grandes abatedouros de animais, frigoríficos, granjas e indústrias de laticínios”.

A proposta será analisada ainda, em caráter conclusivo, pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania.

Reportagem – Lara Haje  
Edição – Newton Araújo  
Da Agência Câmara Notícias

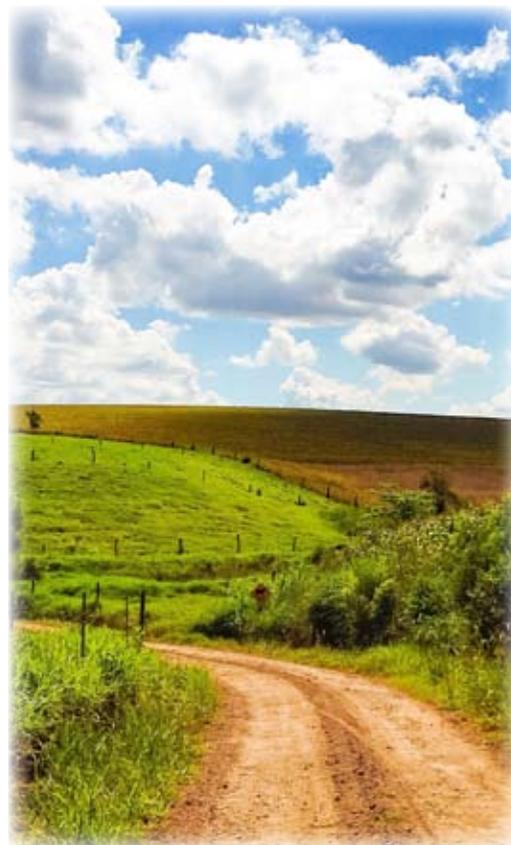


Foto: Banco de imagens gratuito

## Comissão aprova projeto que busca estimular atividade hípica no País



Foto: Lucio Bernardo Jr./Câmara dos Deputados

**16 de maio** – A Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural da Câmara dos Deputados aprovou, na quarta-feira (11), o Projeto de Lei 3652/15, do deputado Otavio Leite (PSDB-RJ), que permite que despesas de aluguel de baia, serviços de veterinária, ferrageamento (pregar ferraduras) e custos de manutenção de animais sejam acrescidas aos prêmios pagos em provas de turfe (corrida de cavalo).

Pela proposta, os gastos deverão ser legalmente comprovados, definidos na forma do regulamento específico, e só poderão ser acrescidos até o limite do valor do Imposto de Renda retido na fonte. O texto acrescenta dispositivo à Lei 7.291/84, que trata das atividades de equideocultura no País.

O autor da proposta salienta que a tributa-

ção incidente sobre os prêmios brutos auferidos por proprietários, criadores e profissionais de turfe é feita exclusivamente na fonte sobre os rendimentos pagos, sem direito a qualquer dedução, o que tem desestimulado a cadeia produtiva existente por trás da atividade turfística.

O parecer do relator, deputado Raimundo Gomes de Matos (PSDB-CE), foi favorável ao projeto. Ele ressaltou que o País vive uma queda acentuada na produção de equinos e no número de criadores. “A crise da criação nacional é motivo de grande preocupação”, disse. Para Gomes de Matos, a medida proposta “representará, sem dúvida, um estímulo à atividade turfística no Brasil”.

### Tramitação

A matéria, que tramita em caráter conclusivo, será analisada ainda pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJ).

Reportagem – Lara Haje  
Edição – Marcelo Oliveira  
Da Agência Câmara Notícias

## Comissão aprova projeto que facilita investimento estrangeiro no agronegócio brasileiro



Foto: Lucio Bernardo Jr./Câmara dos Deputados

**20 de maio** - A Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural da Câmara dos Deputados aprovou o Projeto de Lei 3573/15, da deputada Tereza Cristina (PSB-MS), que permite a emissão de Certificado de Recebíveis do Agronegócio (CRA) indexado em moeda estrangeira, quando lastreado em produtos agropecuários cotados em moeda estrangeira e negociado exclusivamente com investidores não residentes.

O parecer do relator, deputado Roberto Balestra (PP-GO), foi favorável à proposta. “Atualmente, em que pese o fato de grande parte das commodities agrícolas terem seus preços cotados em dólar e definidos com base nos negócios realizados em bolsas de mercadorias internacionais, não

é possível a emissão de CRA indexado em moeda estrangeira”, explica o relator. “Tal fato limita a atratividade desses títulos de crédito para os investidores estrangeiros, reduzindo a disponibilidade de financiamento externo para o setor rural”, completa Balestra.

O projeto acrescenta artigo à Lei 11.076/04, que institui o CRA, como um instrumento para financiamento privado do agronegócio brasileiro.

“O projeto, ao permitir a emissão de CRA indexado em moeda estrangeira, aprimora o sistema de crédito rural brasileiro, direcionando-o a uma agricultura moderna e competitiva, que estimula investimentos privados no setor, especialmente de investidores estrangeiros e trading companies”, opina Balestra.

### Tramitação

A proposta agora será analisada, em caráter conclusivo, pelas comissões de Finanças e Tributação; e de Constituição e Justiça e de Cidadania.

Reportagem - Lara Haje  
Edição - Marcia Becker  
Da Agência Câmara Notícias

## **Comissão de Agricultura aprova projeto que concede descontos especiais nas tarifas de energia elétrica que for utilizada para atividade de irrigação**

**23 de maio** - A Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural aprovou dois Projetos de Lei e seis Requerimentos no último dia 18.

Dentre os Requerimentos consta o do Deputado Afonso Hamm, em que requer o convite para comparecimento do Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Blairo Borges Maggi, para Audiência Pública.



O requerimento do Deputado Heitor Schuch traz à tona um assunto que tem estado em evidência ao solicitar a realização de audiência para tratar do tema: "Incentivo à produção de alimentos orgânicos no Brasil".

Os dois Projetos aprovados foram: PROJE-

TO DE LEI Nº 3.637/15 - do Senado Federal - Acir Gurgacz - (PLS 388/2014) - que "altera a Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964 (Estatuto da Terra), e a Lei nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979, que dispõe sobre o parcelamento do solo urbano, para suprimir a participação do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) no parcelamento do solo urbano", RELATOR: Deputado CARLOS HENRIQUE GAGUIM e PROJETO DE LEI Nº 3.392/15 - do Sr. Beto Rosado - que "altera o art. 25 da Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, para conceder descontos especiais nas tarifas de energia elétrica que for utilizada para atividade de irrigação, aquicultura e exploração de poços semi-artesianos para dessedentação humana", RELATOR: Deputado NELSON MARQUEZELLI.

Com a finalidade de garantir a subsistência de famílias que padecem com a seca, o Projeto de Lei nº 3.392/15 prevê descontos especiais nas tarifas de energia elétrica aplicáveis às unidades consumidoras classificadas na Classe Rural.

Já existe lei garantindo o direito aos descontos especiais, contudo, trata-se, apenas, de descontos durante os períodos compreendidos entre

vinte e uma horas e trinta minutos a seis horas do dia seguinte. Esta cobertura se torna insuficiente e incompatível com a dinâmica das atividades rurais que se concentram no período diurno.

A proposta, portanto, é fazer uma melhor distribuição dos horários aplicados para compor a redução tarifária e, conseqüentemente, respeitando o repouso noturno dos irrigantes e aquicultores, sem que ultrapasse o limite diário de 8 horas e meia.

O PL também prevê modificações na legislação vigente, Lei 10.438/2002, para incluir a modalidade de exploração de poços semi-artesianos para dessedentação humana e assim promover o crescimento sustentável e uma sociedade mais inclusiva.

Luciana Melo Dias  
Assessoria da Comissão de Agricultura, Pecuária,  
Abastecimento e desenvolvimento Rural



Foto: Banco de imagens gratuito



Foto: Banco de imagens gratuito



Foto: Banco de imagens gratuito



JUNHO

## Comissão de Agricultura vai ao RS discutir regras para produção de queijo serrano



Foto: Lucio Bernardo Jr/ Câmara dos Deputados

**3 de junho** - A Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento Desenvolvimento Rural realiza audiência pública, nesta sexta-feira (3), no Rio Grande do Sul, para debater um projeto de lei que regulamenta a produção e a comercialização de queijos artesanais (PL 2404/15).

A proposta, em análise na Câmara, define como queijo artesanal aquele elaborado por métodos tradicionais, com vinculação e valorização territorial. É o caso do queijo serrano produzido no Rio Grande do Sul e em Santa Catarina.

“Estima-se que existem hoje no Brasil cerca de 80 mil estabelecimentos rurais onde se elaboram queijos artesanais, predominantemente por agricultores familiares”, calcula o deputado Alceu Moreira (PMDB-RS), que pediu a realização do encontro. O

parlamentar lembra que parte significativa destes queijeiros emprega técnicas tradicionais e mantém a cultura “trazida por antepassados imigrantes ou desenvolvida em território brasileiro ao longo de décadas ou mesmo séculos”.

Moreira ressalta, no entanto, que mesmo os queijos artesanais elaborados sob rigoroso controle sanitário quando não recebem inspeção sanitária de órgão federal encontram barreiras legais para serem comercializados.

“As exigências legais aplicáveis às indústrias de médio e grande portes não se coadunam com as possibilidades do queijeiro artesanal”, reclama o deputado gaúcho.

O PL 2404/15 está na Comissão de Seguridade Social e Família aguardando designação de relator. Se for aprovado nessa comissão, a proposta, que tramita em caráter conclusivo, será analisada em seguida pela Comissão de Agricultura.

Debatedores

O assunto será discutido na Câmara de Vereadores de Bom Jesus (RS), a partir das 14 horas. Foram convidados para participar da audiência pública:

- os fiscais federais agropecuários Beatris Kutchenbecker e Roberto Lucena;
- o secretário de Agricultura de Campestre da Serra (RS), Juvenildo Luiz Rech;
- o secretário de Agricultura de Esmeralda (RS), Thales Alex Ribeiro;
- a secretária de Fomento Econômico de Monte Alegre dos Campos (RS), Pâmela de Souza Tavares;
- o secretário de Agricultura de Muitos Capões (RS), Bruno Alves Cabral;
- o secretário de Agricultura de Pinhal da Serra (RS), Rodrigo Vieira Duarte;
- o secretário de Agricultura de Vacaria (RS), Vanderlei Nestor Koefender;
- o secretário de Agricultura de Cambará do Sul (RS), Renato Nunes da Silva;
- o secretário de Agricultura de Jaquirana (RS), José Pereira dos Santos;
- o secretário de Agricultura de São José dos Ausentes (RS), Antônio Rogério Ribeiro;
- representantes de sindicatos de trabalhadores rurais da região; de associações de produtores de queijo serrano do Rio Grande do Sul; da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Esta-

do do Rio Grande do Sul (Emater/RS); da Secretaria da Agricultura do Estado do Rio Grande do Sul; da Fundação Estadual de Pesquisa Agropecuária (Fepagro/RS); da Associação dos Produtores de Queijo e Derivados do Leite dos Campos de Cima da Serra (Aprocampos/RS); e da Associação dos Produtores Rurais dos Campos de Cima da Serra (Aproccima).

Da Redação - ND  
Da Agência Câmara Notícias



Foto: Banco de imagens gratuito

## Agricultura aprova isenção de PIS/Pasep e Cofins na venda de óleo diesel



Foto: Alex Ferreira / Câmara dos Deputados

**06 de junho** – A Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural aprovou na quarta-feira (1) proposta que reduz a zero as alíquotas de contribuição para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PIS/Pasep) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) incidentes sobre a venda de óleo diesel para produtores rurais e prestadores de serviço de transportes de passageiros e de cargas. O objetivo é criar um mecanismo legal que incentive a diminuição do preço do óleo diesel.

Heitor Schuch rejeitou a isenção também da Cide, "pois isso implicaria em ônus para estados e municípios, já muito fragilizados no cenário atual"

O texto aprovado é o substitutivo do deputado Heitor Schuch (PSB-RS) ao Projeto de Lei 409/15,

do deputado Luis Carlos Heinze (PP-RS). Schuch retirou do texto original a isenção da incidência da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (Cide) para o produto.

"A Cide tem uma função reguladora dos preços dos combustíveis, que estava suprimida até então pelas medidas do governo para impedir artificialmente a alta nos combustíveis", disse. Ele acrescentou que a isenção da Cide implicaria em ônus para os estados e municípios, já muito fragilizados no cenário econômico atual.

### Agricultura familiar

Segundo Schuch, o aumento no óleo diesel sacrifica mais os produtores familiares, responsáveis por cerca de 70% da cultura de alimentos para o consumo interno do País. Além de impactar o custo no transporte coletivo nas cidades e no valor do frete.

Schuch lembrou que a isenção de PIS e Cofins para o óleo diesel foi vetada pela então presidente Dilma Rousseff em julho de 2015, quando foi sancionada a Lei 13.149/15, surgida da Medida Provisória 670/15.

"Uma vez que a iniciativa anterior de baixar o

preço do diesel não logrou êxito, a presente proposta desponta como uma nova e bem-vinda oportunidade para tal”, ressaltou.

O autor da proposta pediu para ser aprovado o texto original. “Vou pedir ao colega Schuch que reconsidere o valor da Cide. É um grande projeto de alcance social para o Brasil inteiro”, pediu Heinze.

Projeto do ano

O deputado Celso Maldaner (PMDB-SC) questionou como a proposta seria aprovada nas outras comissões e quais argumentos deveriam ser usados para que o texto não fosse vetado em uma conjuntura de queda na arrecadação. “Essa é minha preocupação. Meu Deus do céu, seria o projeto do ano, se a comissão conseguisse aprovar sem ser vetado!”

O deputado Valdir Colatto (PMDB-SC) disse ser importante a volta da discussão. Ele destacou que quem vai pagar a conta é sempre o consumidor. “Quanto mais custo na empresa, o consumidor vai pagar mais caro. Ninguém está aí para fazer trabalho sem ser para ganhar dinheiro”, disse.

Para o deputado Bohn Gass (PT-RS) a redução nos custos de produção é muito importante. A maior par-

te do custo do agricultor não é o diesel, é ele pagar caro sementes, adubos, insumos, royalties em cima de transgênicos.

“É aí que temos de mexer com força”, afirmou. Segundo ele, falta apoio dos demais parlamentares para questionar atitudes de aumento de preço de insumos pelas grandes indústrias agrícolas.

O relator rejeitou uma emenda do deputado Marcelo Aro (PHS-MG) para estender a isenção para o biodiesel e o gás natural. Apesar de concordar com o mérito da medida, Schuch acredita que a emenda poderia desviar o objetivo original do projeto, de reduzir o custo do óleo diesel em si. “Quanto maior, quanto mais engessado, mais dificuldade em aprovar”, afirmou.

### **Tramitação**

A proposta tramita em caráter conclusivo e ainda será analisada pelas comissões de Viação e Transportes; de Finanças e Tributação; e de Constituição e Justiça e de Cidadania.

Reportagem – Tiago Miranda  
Edição – Newton Araújo  
Da Agência Câmara Notícias

## **Agricultura aprova incentivo à produção de Pimenta-do-Reino de qualidade no Brasil.**



*Foto: Alex Ferreira / Câmara dos Deputados*

**17 de Junho** - A Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural aprovou no último dia 15 o Projeto de Lei Nº 4.728/16 do Deputado Evair de Melo que institui a Política Nacional de Incentivo à Produção de Pimenta-do-Reino de Qualidade.

Com a competitividade e exigência do mercado mundial de pimenta-do-reino, o Projeto de Lei defende que a utilização de um selo de qualidade poderia ajudar os pipericultores a exportar o produto.

O autor do Projeto defende que a proposta contribuirá significativamente para a sustentabilidade econômica, social e ambiental da pipericultura, e garante aos pequenos e médios produtores prioridade de acesso a todas as linhas de crédito para

incentivo da produção.

O Relator, Deputado Josué Bengtson, ressaltou em seu voto que segundo dados do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA, o Valor Bruto de Produção da pimenta-do-reino cresceu 48,3% no ano de 2015 em comparação com o ano anterior, superando a marca de um bilhão de reais. A alta foi a terceira maior entre os produtos agrícolas brasileiros.

Desta forma, o relator corrobora com as justificativas sobre a relevância do Projeto em questão ao contribuir para o potencial da expansão da cultura da pimenta-do-reino no Brasil.

Concluindo que ao adotar uma política específica para o setor haverá uma uniformização dos processos, além de facilitar a criação de certificações de origem, assim como selos de qualidade e outros instrumentos, o relator votou pela aprovação do Projeto de Lei Nº 4.728/16. Seguindo o voto do relator, o parecer foi aprovado por unanimidade.

Luciana Melo Dias  
Assessoria da Comissão de Agricultura, Pecuária,  
Abastecimento e desenvolvimento Rural



Foto: Banco de imagens gratuito



Foto: Banco de imagens gratuito



JULHO

## Agricultura aprova propostas de Emendas à LDO 2017



Foto: Alex Ferreira / Câmara dos Deputados

12 de julho - A Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural aprovou no dia 6 de julho três Propostas de Emendas de Meta e uma de Emenda de Texto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO 2017 - PL 02/2016-CN).

A proposta de Emenda de Inclusão de meta destinada ao Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento (MAPA) trata do fomento ao setor agropecuário. Esta emenda visa promover a agropecuária nacional pela difusão de tecnologias, promoção e participação em exposições e feiras agropecuárias, bem como incentivo e apoio ao produtor agropecuário mediante aquisição de patrulhas mecanizadas, manutenção e conservação de estradas vicinais e de outras iniciativas com a finalidade de promover o desenvolvimento do setor agropecuário.

A Emenda que tem como destino o Ministé-

rio do Desenvolvimento Social e Agrário (MDSA) propõe a viabilização da Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) e Familiar, incluindo mulheres agricultoras, comunidades indígenas e quilombolas, além da formação e capacitação de agentes de ATER e da produção de conhecimentos tecnológicos apropriados à agricultura familiar.

Devido à necessidade de ampliar a oferta de recursos que aumentem a agilidade da transferência de tecnologias entre pesquisa e agentes multiplicadores, a Emenda que propõe Ações de Pesquisa e Desenvolvimento de Tecnologias para Agropecuária é destinada à Embrapa.

Como emenda de texto está a proposta de incluir um novo inciso ao parágrafo 5º do art. 96 com a seguinte redação: Considerar como prioritária, a concessão de empréstimos ou financiamentos que atendam empreendimentos integrantes do Plano de Desenvolvimento Agropecuário do MATOPIBA.

Com as propostas referidas acima foi encerrada a discussão e votação das emendas da LDO para 2017.

Luciana Melo Dias  
Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural





Foto: Banco de imagens gratuito



AGOSTO

## Comissão de Agricultura debate a utilização de colostro para fins de alimentação humana.



Foto: Zeca Ribeiro/Câmara dos Deputados

**31 de agosto** - A Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural (CA-PADR) realizou Reunião Técnica no último dia 23 de agosto para debater a possibilidade de aproveitamento de colostro na alimentação humana, atendendo a requerimento do Deputado Alceu Moreira (PMDB/RS).

O Diretor do Departamento de Inspeção de Produtos de Origem Animal da Secretaria de Defesa Agropecuária do Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento – MAPA, José Luis Vargas, ressaltou que o Ministério não tem nenhuma objeção em relação a esta utilização, a não ser pela necessidade de revogação do parágrafo único do art. 479 do Decreto 30.691/1952, que proíbe o aproveitamento do leite de retenção e do colostro para consumo hu-

mano. O Sr. José Luis Vargas propôs a alteração do Parágrafo em questão e ressaltou a importância de se elaborar um regulamento técnico com parâmetros físico-químicos e microbiológicos do colostro, cientificamente embasado.

O Presidente da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural - EMATER/RS, Sr. Clair Kuhn salientou os benefícios do colostro para a alimentação humana, assim como o incremento na renda para o pequeno produtor que, principalmente no Rio Grande do Sul, depende da bacia leiteira para sua subsistência.

Ao explanar a atribuição da ANVISA (Agência Nacional de Vigilância Sanitária) no contexto, Thalita de Souza Lima, Gerente-Geral de Alimentos, resalta que o órgão está aberto a avaliar o colostro como ingrediente ou produto final, considerando a questão da alteração do Decreto já destacada pelo representante do MAPA. A Sra. Thalita mencionou que apesar dos relatos de que em algumas localidades existe o consumo do colostro, hoje a ANVISA desconhece que seja uma prática comum e disseminada na população brasileira. Desta forma há que se fazer uma avaliação do produto consideran-

do as referências internacionais, contudo, seguindo protocolos nacionais, já que diferentes critérios são utilizados para classificar produtos como alimentícios, medicinais, suplementares ou detentores de propriedades funcionais.

A Dra. Mara Helena Saalfeld, Médica Veterinária da EMATER/RS, evidenciou que o colostro é a redescoberta de um alimento nutritivo e com alto potencial probiótico, que possui todas as propriedades do leite, porém de maneira mais concentrada. Ela ressaltou que milhares de toneladas de colostro produzidas anualmente são descartadas, enquanto em outros países um litro do produto chega a custar cinco vezes mais que o litro do leite.

O Assessor Técnico da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil - CNA, representando a Câmara Setorial da Cadeia Produtiva do Leite e Derivados, Thiago Rodrigues, ofereceu seu apoio ao mencionar que a alternativa é viável comercialmente e detém premissas científicas que comprovam o benefício do colostro para a alimentação.

Ao final da Reunião, o Presidente em Exercício da CAPADR, Deputado Alceu Moreira, abriu a palavra aos participantes e, após as contribuições,

ressaltou a importância de se ter um espaço rotineiro de discussão qualificada e finalizou agradecendo a presença de todos.

Luciana Melo Dias  
Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento  
e Desenvolvimento Rural



*Foto: Banco de imagens gratuito*



Foto: Banco de imagens gratuito



SETEMBRO

## Comissão inclui risco de escassez de água entre itens abrangidos pelo conceito de segurança alimentar



Foto: Luis Macedo / Câmara dos Deputados

**19 de setembro** – A Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural da Câmara dos Deputados aprovou, na última terça-feira (13), proposta que inclui medidas que reduzam o risco de escassez de água potável na Lei 11.346/06, que criou o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Sisan). O texto também inclui na lei medidas que estimulem a formação de estoques estratégicos de alimentos

A Segurança Alimentar e Nutricional é baseada na realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, tendo como base práticas alimentares que promovam a saúde, respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, econômica e socialmente sustentáveis.

O texto aprovado é o Projeto de Lei 4366/16, do Senado, que recebeu parecer favorável do relator, deputado Roberto Balestra (PP-GO). O relator entende que a criação do Sisan representou um avanço na busca da garantia do acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente.

Ele considera meritória a inclusão as medidas que mitiguem o risco de escassez de água potável entre os itens abrangidos pelo conceito de segurança alimentar e nutricional, “uma vez que, apesar de o Brasil ser o país com a maior quantidade de água doce do mundo, ainda há uma parcela considerável da população que não tem à sua disposição abastecimento de água potável de forma satisfatória”.

### Tramitação

A proposta, que tramita em caráter conclusivo, será analisada agora pelas comissões de Seguridade Social e Família; e de Constituição e Justiça e de Cidadania.

Reportagem - Lara Haje  
Edição - Marcia Becker  
Da Agência Câmara Notícias

## Ensino de empreendedorismo em programa de inclusão é aprovado em comissão



Foto: Lucio Bernardo Jr. / Câmara dos Deputados

**19 de setembro** - A Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural aprovou, na última terça-feira (13), o Projeto de Lei 3833/15, do Senado, que acrescenta a formação técnica inicial em empreendedorismo rural entre os objetivos do Programa Nacional de Inclusão de Jovens (Projovem), modalidade Campo - Saberes da Terra. A Lei 11.692/08 estabelece que o programa deve elevar a escolaridade dos jovens da agricultura familiar, integrando a qualificação social e formação profissional. O Projovem Campo atende jovens com idade entre 18 e 29 anos, residentes no campo, que saibam ler e escrever, mas que não tenham concluído o ensino fundamental.

Pelo projeto, a formação técnica inicial em empreendedorismo rural ocorrerá por meio de ocupação específica. A formação terá como eixo a disseminação de conteúdos diretamente relacionados

à vida no campo e aos empreendimentos rurais. O objetivo é motivar e desenvolver competências empresariais, mediante a introdução de instrumentos gerenciais de planejamento, organização e controle do empreendimento rural.

Conforme o texto, os jovens rurais com essa formação técnica receberão a certificação de Jovem Empreendedor Rural – Nível 1. O certificado comprovará o esforço realizado pelo jovem para a aquisição de conhecimentos visando à atividade empreendedora.

O parecer do relator, deputado Raimundo Gomes de Matos (PSDB-CE), foi favorável à proposta. “A capacitação dos jovens do campo para o empreendedorismo e gestão de negócios rurais é de absoluta importância para o progresso econômico e social das famílias de agricultores familiares, e também para incentivar a sucessão rural”, disse.

### Tramitação

A proposta será agora analisada em caráter conclusivo pelas comissões de Educação; e de Constituição e Justiça e de Cidadania.

Reportagem - Lara Haje  
Edição - Sandra Crespo  
Da Agência Câmara Notícias

## Comissão inclui inovação tecnológica entre ações da política para agricultura familiar



Foto: Lucio Bernardo Jr. / Câmara dos Deputados

**19 de setembro** - A Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural da Câmara dos Deputados aprovou, na terça-feira (13), proposta que inclui o desenvolvimento, a inovação e a transferência de tecnologia entre as ações previstas na Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais.

O texto aprovado foi o substitutivo do relator, deputado Assis do Couto (PDT-PR), ao Projeto de Lei 3764/15, do deputado André Abdon (PP-AP). A proposta altera a Lei 11.326/06, que trata da política.

A redação original inclui ações públicas voltadas para a modernização e inovação tecnológica e para o desenvolvimento e transferência tecnológica entre as diretrizes da política nacional. O relator

concorda com o mérito da proposta, mas alterou, no substitutivo, o dispositivo da lei em que as ações são incluídas.

O autor do projeto destaca que o apoio à agricultura familiar deve superar o financiamento e a comercialização, dando destaque também à questão tecnológica. Para ele, a inovação tecnológica tem ajudado o agronegócio brasileiro, e o mesmo caminho deve ser trilhado pela agricultura familiar. Abdon menciona estudos e pesquisas da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) voltados à agricultura familiar para justificar a necessidade de disponibilizar tecnologias para assegurar a competitividade e sustentabilidade econômica, social e ambiental desse tipo de atividade.

### Tramitação

A proposta, que tramita em caráter conclusivo, será analisada ainda pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania.

Reportagem – Lara Haje  
Edição – Marcelo Oliveira  
Da Agência Câmara Notícias

## Comissão de Agricultura aprova dispensa de licitação para box de Ceasa



Foto: Lucio Bernardo Jr. / Câmara dos Deputados

**20 de setembro** - A Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural aprovou parecer do deputado João Rodrigues (PSD-SC) que permite a dispensa de licitação na concessão de boxes de centrais de abastecimento agroalimentar pertencentes ao poder públicos, como as Ceasas.

O projeto original (PL 4135/15) é de autoria do deputado Goulart (PSD-SP) e altera a Lei de Licitações (Lei 8.666/93).

O texto foi aprovado com uma emenda do relator que retirou o prazo de vigência indeterminado dos contratos de concessão dos boxes proposto por Goulart.

A proposta foi apresentada com o objetivo de dar segurança jurídica para os atuais ocupantes dos

boxes das Ceasas, que hoje estão amparado por regras anteriores à Lei de Licitações e à Lei 8.987/95, que regulamentou as concessões públicas para a iniciativa privada.

Segundo João Rodrigues, existem hoje no País cerca de 22 mil produtores rurais e 11 mil empresas ocupando os boxes nas Ceasas, “grande parte deles angustiados com a situação precária dos estabelecimentos utilizados para comercialização dos produtos.”

### Tramitação

O projeto tramita de forma conclusiva e será analisado agora nas comissões de Finanças e Tributação; e Constituição e Justiça e de Cidadania.

Reportagem – Janary Júnior  
Edição – Newton Araújo  
Da Agência Câmara Notícias

## Comissão fixa prazo para Poder Executivo apresentar Plano Agrícola e Pecuário anual



**20 de setembro** - A Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural da Câmara

dos Deputados aprovou, na última terça-feira (13), o Projeto de Lei 5109/16, que determina que o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento apresente até o dia 15 de abril de cada ano o Plano Agrícola e Pecuário (PAP).

De autoria do deputado Jerônimo Goergen (PP-RS), o projeto acrescenta dispositivo à Lei 8.171/91, que trata da política agrícola. A lei já estabelece que o planejamento agrícola seja feito, de forma democrática e participativa, através de planos nacionais de desenvolvimento agrícola plurianuais, planos de safras e planos operativos anuais.

O parecer do relator, deputado Dilceu Sperafico (PP-PR), foi favorável à proposta. Ele destaca que o Plano Agrícola e Pecuário é o principal instrumento direcionador das políticas públicas destinadas ao setor agropecuário, sendo elaborado

anualmente e tratando, por exemplo, das condições financeiras e dos volumes de recursos destinados às linhas de crédito rural.

“Nos últimos anos, o Ministério da Agricultura tem apresentado o PAP ainda no primeiro semestre, todavia a inexistência de prazos previamente estipulados gera expectativa e apreensão aos integrantes do setor”, ressalta Sperafico. O prazo de 15 de abril é o mesmo previsto para o Poder Executivo encaminhar ao Congresso Nacional a Lei de Diretrizes Orçamentárias. O relator salienta que todos os recursos destinados ao PAP devem estar previstos e dentro dos limites estabelecidos pela legislação orçamentária. “Por esse motivo, o prazo sugerido mostra-se razoável, de forma que todos os recursos necessários sejam inseridos na previsão orçamentária do ano seguinte”, acrescenta.

### Tramitação

A proposta será analisada ainda, em caráter conclusivo, pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania.

Reportagem - Lara Haje  
Edição - Marcia Becker  
Da Agência Câmara Notícias

*Foto: Ananda Borges / Câmara dos Deputados*

## Agricultura aprova criação de política para cadeia produtiva da erva-mate



Foto: Lucio Bernardo Jr. / Câmara dos Deputados

20 de setembro - A Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural aprovou projeto do deputado Afonso Hamm (PP-RS) que institui a Política Nacional da Erva-Mate (PL 4137/15), para estimular a cadeia produtiva da erva, muito tradicional em estados do sul do País.

A proposta recebeu parecer favorável do relator, deputado Dagoberto (PDT-MS). “O projeto traz uma proposta de política pública duradoura para a cadeia produtiva, atendendo às reivindicações do setor ervateiro”, disse o parlamentar.

Ele destacou que a área de erva-mate explorada no Brasil foi de 70,8 mil hectares em 2014, com produção total de 670 mil toneladas. O Rio Grande do Sul respondeu por 41%, Paraná 40%, Santa Catarina 19% e Mato Grosso do Sul por 0,4%. Parte

desta produção é destinada à exportação.

### Instrumentos

A proposta determina que a política nacional deverá adotar entre seus princípios e diretrizes a sustentabilidade ambiental, econômica e social da cadeia produtiva; a pesquisa e o desenvolvimento tecnológico; e o incentivo ao desenvolvimento de novos mercados.

Como instrumentos para formalizar a política, o projeto sugere o crédito oficial para a produção, a industrialização e a comercialização da erva-mate; a assistência técnica e a extensão rural; o seguro rural e a promoção de ajustes normativos, entre outros.

### Tramitação

O PL 4137 tramita em caráter conclusivo e será analisado agora na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania.

Reportagem - Janary Júnior  
Edição – Regina Céli Assumpção  
Da Agência Câmara Notícias



Foto: Banco de imagens gratuito



OUTUBRO

## **Agricultura aprova regras mais simples para fabricação artesanal de embutidos**



*Foto: Viola Junior / Câmara dos Deputados*

**A Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural aprovou proposta que simplifica as regras usadas na inspeção sanitária de alimentos embutidos, como linguiças e salsichas, feitos em pequenas agroindústrias artesanais.**

**07 de outubro** - Foi aprovado o Projeto de Lei 3859/15, do deputado Evair Vieira de Melo (PV-ES). O texto determina que se os alimentos embutidos já tiverem sido inspecionados por um órgão estadual ou municipal de vigilância sanitária que siga a regulamentação federal não há necessidade de nova fiscalização durante o comércio interestadual.

O projeto também obriga o governo federal a criar uma regulamentação simplificada e desburocratizada para a inspeção industrial e sanitária

de pequenas agroindústrias artesanais de produtos embutidos de origem animal.

Incentivo para regularização

Relator na comissão, o deputado Nelson Meurer (PP-PR) concordou com a justificativa de Melo para o projeto. “Acreditamos que a simplificação e a desburocratização da inspeção sanitária de embutidos artesanais e a facilitação do comércio interestadual desses produtos será um importante incentivo para a regularização das agroindústrias já em atividade e para a instalação de novos empreendimentos, que gerarão mais renda e empregos em nosso País”, disse Meurer, ao recomendar a aprovação do projeto.

Atualmente, a Lei 1.283/50, que trata da inspeção de produtos de origem animal, determina que a fiscalização em estabelecimentos com comércio interestadual é de responsabilidade do Ministério da Agricultura.

O Decreto 30.691/52, que regulamentou a lei, determinou que os estabelecimentos precisam seguir o Regulamento da Inspeção Industrial e Sanitária de Produtos de Origem Animal (Riispoa).

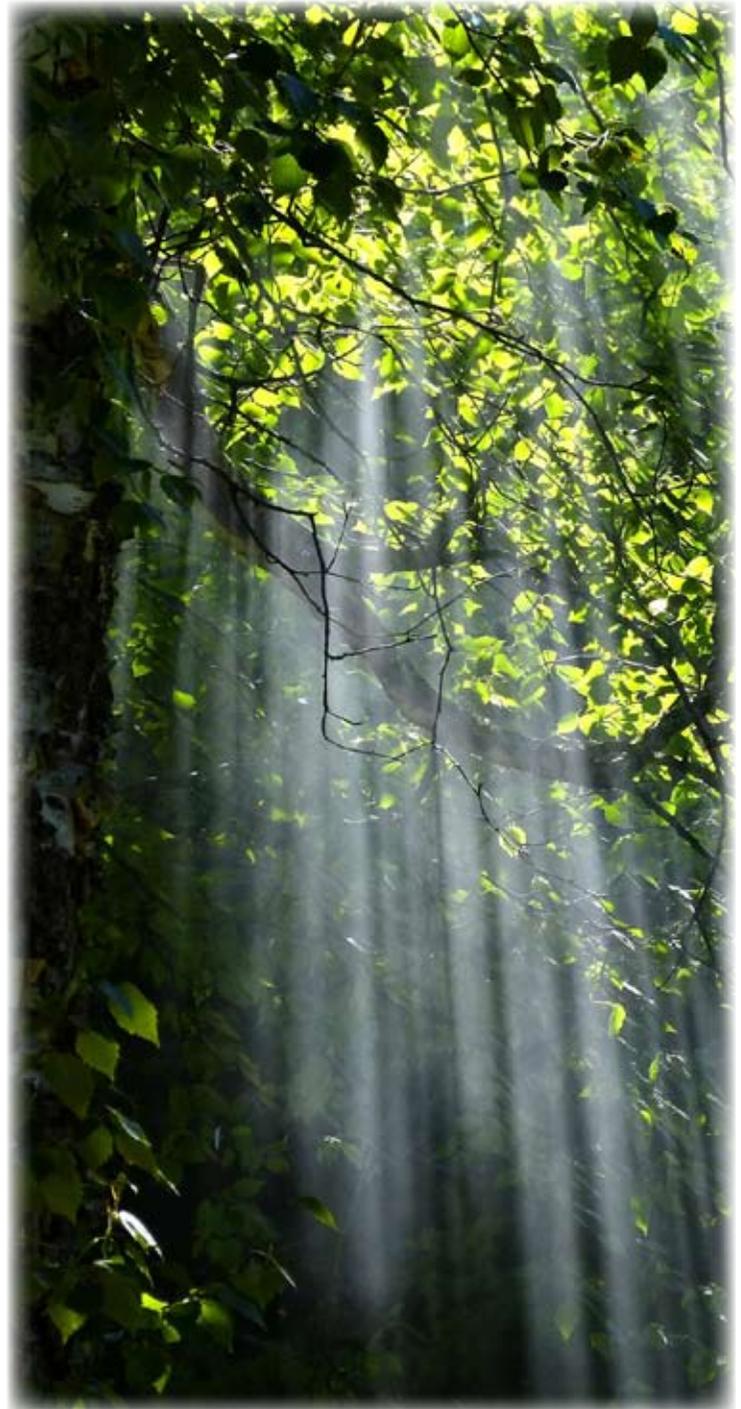
O regulamento estabelece pontos para fis-

calização como o exame "ante e post-mortem" dos animais de açougue; e os exames tecnológicos, microbiológicos, histológicos e químicos das matérias primas e produtos, quando for o caso.

### **Tramitação**

A proposta tramita em caráter conclusivo e será ainda analisada pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania.

Reportagem - Murilo Souza  
Edição - Marcia Becker  
Da Agência Câmara Notícias



*Foto: Banco de imagens gratuito*

## Comissão aprova instituição de política de incentivo à produção da borracha



Foto: Antonio Augusto / Câmara dos Deputados

**07 de outubro** - O parecer do relator, deputado André Abdon (PP-AP), foi favorável à proposta. Conforme ele, o País foi, por muitos anos, o maior exportador de borracha natural do mundo, mas o sistema de produção extrativista, a ausência de subsídio governamental à extração de borracha na região Amazônica, a incidência do fungo causador da doença “mal-das-folhas”, entre outros pontos, acabaram prejudicando a expansão da cultura no País.

“O Brasil passou de exportador a importador líquido de borracha natural, em especial de países asiáticos, como Tailândia e Indonésia, que adotaram uma produção em massa, em oposição ao extrativismo praticado em nosso País”, explicou.

“Dessa forma, a Política Nacional de Incentivo à Produção de Borracha Natural de Qualidade

é uma importante iniciativa que visa a aumentar a competitividade da heveicultura [cultivo de seringueira] nacional, elevando a produtividade e a qualidade do produto brasileiro de forma a fazer frente aos preços praticados pelos concorrentes asiáticos e remunerar de forma satisfatória os produtores”, afirmou.

### Diretrizes e instrumentos

Pela proposta, as diretrizes da política incluem, entre outros pontos: a sustentabilidade ambiental, econômica e social da atividade; a articulação e colaboração entre os entes públicos federais, estaduais e municipais e o setor privado; o estímulo às economias locais; e o monitoramento da qualidade da borracha natural produzida.

Já os instrumentos da política são, de acordo com o texto: o crédito rural para a produção, industrialização e comercialização; a pesquisa agrícola e o desenvolvimento tecnológico; a assistência técnica e a extensão rural; a capacitação gerencial e a formação de mão de obra qualificada; a instituição de selo que ateste a qualidade do produto, entre outros.

Ainda segundo o projeto, terão prioridade de

acesso às linhas de crédito os agricultores familiares e os pequenos e médios produtores rurais organizados em associações, cooperativas ou outros arranjos produtivos locais.

### **Tramitação**

A proposta será analisada em caráter conclusivo pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania.

Reportagem – Lara Haje  
Edição – Rachel Librelon  
Da Agência Câmara Notícias



Foto: Banco de imagens gratuito



Foto: Banco de imagens gratuito



NOVEMBRO

## Governo pode incluir derivados do arroz em suas compras



Foto: Gilmar Felix / Câmara dos Deputados

**25 de novembro** - A Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural realizou audiência pública nesta quinta-feira (24) para discutir formas de aumentar o consumo dos derivados de arroz no Brasil. O secretário de Segurança Alimentar do Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário, Caio Rocha, defendeu que os produtos derivados de arroz sejam incluídos nas compras realizadas pelo governo.

Segundo dados do Ministério da Agricultura, o arroz está entre os cereais mais consumidos do mundo, e o Brasil é o nono maior produtor mundial, com uma safra de 11 milhões de toneladas em 2010. Mesmo assim, o consumo de produtos derivados de arroz, como farinhas e bolachas, ainda é pequeno.

A representante da Associação Brasileira da

Indústria do Arroz no debate, Andressa Silva, concorda com o representante do governo. Para ela, é preciso intervenção do governo para alavancar a indústria dos derivados de arroz. "A demanda pelo produto derivado tem que surgir pelo poder público, como essa iniciativa de tentar inserir na cesta básica e em programas da merenda escolar; também tem que haver um estímulo por parte dos supermercados", disse.

### Emprego

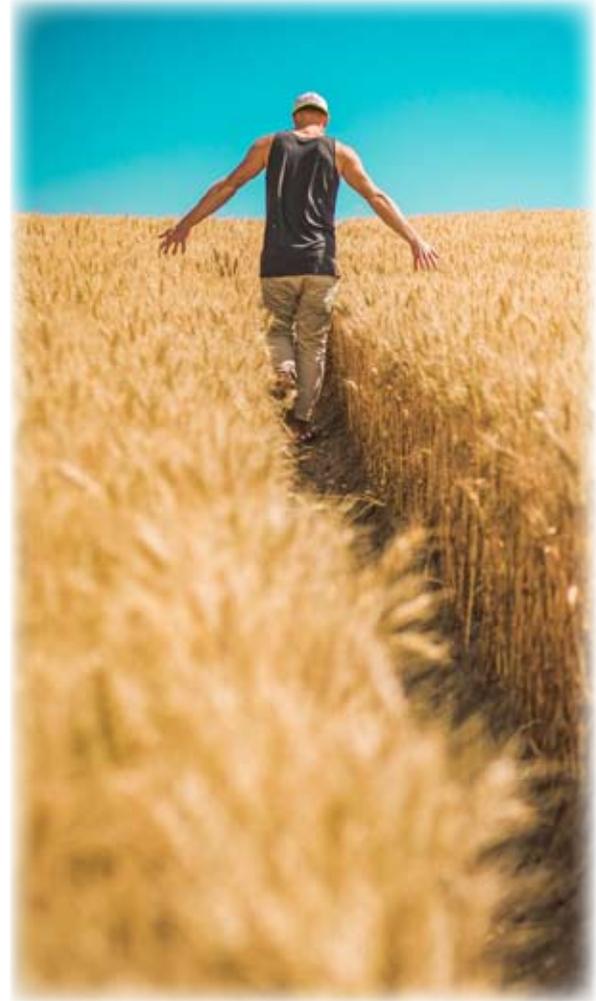
O deputado Alceu Moreira (PMDB-RS) afirmou que a ampliação do mercado para os produtos derivados do arroz pode garantir emprego para uma parcela dos desempregados do País.

"Os derivados do arroz têm uma lógica de consumo que está fora da nossa cultura. A prateleira do supermercado ainda não está disponível para nós. Então, desde o beneficiamento até o supermercado há uma longa caminhada a ser feita. Mas se conseguirmos estruturar nosso modelo de produção pelas compras públicas, o que assegura viabilidade econômica para o empreendimento, nós certamente teremos um bom começo", disse Moreira.

Os produtos de arroz são muito utilizados por pessoas com intolerância ao glúten ou portadores de doença celíaca que não podem se alimentar com derivados de trigo.

Segundo dados da Federação Nacional das Associações de Celíacos do Brasil, dois milhões de brasileiros têm a doença, que só pode ser tratada com a completa retirada do glúten da alimentação.

Reportagem - Karla Alessandra  
Edição - Sandra Crespo  
Da Agência Câmara Notícias



*Foto: Banco de imagens gratuito*

## Comissão aprova substitutivo do Senado para vigência de política rural



Foto: Antonio Araújo / Câmara dos Deputados

**25 de novembro** - A Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural aprovou na quarta-feira (23) o substitutivo do Senado ao Projeto de Lei 2478/11, do deputado Alceu Moreira (PMDB-RS), que estabelece prazo mínimo de dois anos para a vigência de ações de política agrícola nacional.

Hoje, os planos governamentais para o setor rural têm duração média de um ano. É o caso, por exemplo, do Plano Agrícola e Pecuário, lançado todos os anos com regras para custeio e comercialização rural. A versão aprovada no Senado recebeu parecer favorável do relator na comissão, deputado Luis Carlos Heinze (PP-RS).

### Mudança formal

O projeto foi aprovado pelo Senado, depois

de tramitar na Câmara, em abril deste ano. Em relação à versão dos deputados, a única mudança foi formal. A senadora Ana Amélia (PP-RS), que relatou a proposta no Senado, decidiu incluir o texto na Lei Agrícola (Lei 8.171/91). A versão aprovada pela Câmara propunha uma lei autônoma.

O projeto prevê também que o planejamento agrícola deverá abranger ações relacionadas aos seguintes temas: crédito rural, comercialização de produtos agropecuários, seguro rural, redução do risco inerente à atividade agropecuária, zoneamento agrícola, defesa sanitária animal e vegetal, cooperativas, agroindústrias, assistência técnica, extensão rural e pesquisa agropecuária.

### Tramitação

O projeto será analisado agora na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania. Depois, segue para o Plenário. Se for aprovado, o texto irá à sanção presidencial.

Reportagem - Janary Júnior  
Edição - Rachel Librelon  
Da Agência Câmara Notícias

## Comissão aprova pastagem em reserva legal com manejo sustentável



Foto: Gilmar Félix / Câmara dos Deputados

**25 de novembro** - A Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural aprovou na quarta-feira (23) projeto de lei da deputada Tereza Cristina (PSB-MS) que autoriza a pastagem de animais em áreas de reserva legal mediante aprovação de plano de manejo sustentável.

O projeto (PL 4508/16) recebeu parecer favorável da relatora, deputada Shéridan (PSDB-PR). Ela apresentou uma emenda para adequar os termos do projeto aos utilizados na legislação ambiental. A proposta altera o Código Florestal (Lei 12.651/12).

### Garantias

Para Shéridan, a obrigação de realização do plano de manejo, aprovado por órgão ambiental, dá garantias de que o pastoreio não vai prejudicar a

cobertura vegetal em área de reserva legal. O plano deve detalhar a forma de exploração da área, de modo a garantir a reprodução das espécies e evitar danos ambientais.

Ela citou os dispositivos do projeto que trazem essa garantia, como o controle e autorização do plano a cargo do órgão ambiental competente, que deve se balizar no volume de massa de forrageiras nativas ou cultivadas já existentes; a limitação do número de cabeças por hectare e do período do pastoreio.

“A proposta se resguardou de condicionantes capazes de garantir que não haja pisoteio animal capaz de causar danos sobre a estrutura da vegetação nativa”, disse Shéridan.

### Tramitação

O projeto tramita em caráter conclusivo e será analisado agora nas comissões de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável; e Constituição e Justiça e de Cidadania.

Reportagem – Janary Júnior  
Edição – Rachel Librelon  
Da Agência Câmara Notícias

## Comissão amplia subsídio para energia no bombeamento de água para agricultura familiar



Foto: Antonio Augusto / Câmara dos Deputados

**25 de novembro** - A Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural aprovou na quarta-feira (23) o Projeto de Lei 5250/16, do deputado Weverton Rocha (PDT-MA), que estende ao bombeamento de água para irrigação na agricultura familiar o desconto na tarifa de energia elétrica para agricultura irrigada e aquicultura aos fins de semana e feriados.

Atualmente, a lei que trata da expansão da oferta de energia elétrica emergencial (10.438/02) autoriza o desconto das tarifas durante 8h30 por dia, entre 21h30 e 6 horas do dia seguinte aos sábados, domingos e feriados.

O relator na comissão, deputado Dagoberto (PDT-MS), disse que a falta de água atinge fortemente os agricultores familiares, assentados da

reforma agrária e trabalhadores rurais sem-terra. “São prioritários programas e incentivos que diminuam os custos de implantação dos sistemas de irrigação, para atender as demandas imediatas das populações, e reduzam a vulnerabilidade dos agricultores ao acesso ao sistema de irrigação.”

Os estabelecimentos de até 100 hectares empregam quase 85% dos trabalhadores rurais, segundo o Censo Agropecuário de 2015. Cada hectare tem área semelhante a um campo de futebol.

### Tramitação

A proposta tramita em caráter conclusivo e será analisada pelas comissões de Minas e Energia; e de Constituição e Justiça e de Cidadania.

Reportagem – Tiago Miranda  
Edição – Sandra Crespo  
Da Agência Câmara Notícias

## Programa de educação ambiental na agropecuária é aprovado em comissão



Foto: Billy Boss / Câmara dos Deputados

**28 de novembro** - A Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural da Câmara dos Deputados aprovou o Projeto de Lei 3980/15 que cria programas de educação ambiental voltada à agropecuária no âmbito da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária (Pnater) e da Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (Anater).

O texto, de autoria do deputado Zé Silva (SD/MG), prevê a participação dos órgãos de assistência técnica e extensão rural, comunidade e organizações ligadas às questões ambientais, visando à socialização, construção e reconstrução de conhecimentos, de práticas e de ações, tendo como perspectiva o desenvolvimento sustentável.

Para o relator na comissão, deputado Evair Vieira de Melo (PV-ES), a proposta vai promover uma mudança cultural, tendo como instrumentos norteadores a educação ambiental, a promoção da revitalização e manejo integrado de microbacias hidrográficas, além da adequação do sistema produtivo à realidade ambiental em que se insere a propriedade rural.

### Tramitação

A proposta ainda será analisada, de forma conclusiva, pelas comissões de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável; e de Constituição e Justiça e de Cidadania.

Reportagem - Emanuelle Brasil  
Edição - Rosalva Nunes  
Da Agência Câmara Notícias

## Agricultura aprova isenção de IPI na compra de máquinas por produtor familiar



Foto: Saulo Cruz / Câmara dos Deputados

**28 de novembro** - A Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural da Câmara aprovou projeto de lei (PL 5984/16) do deputado Gonzaga Patriota (PSB-PE) que isenta do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) equipamentos agrícolas comprados por agricultores familiares, pecuaristas, assentados e outras empresas do agronegócio.

O relator da matéria, deputado Dilceu Sperafico (PP-PR), foi favorável ao texto. “Além de aumentar os custos de produção, a alta carga de impostos incidentes sobre as máquinas e veículos utilizados pela cadeia produtiva inibe o surgimento de novos produtores, e conseqüentemente diminui a geração de empregos e renda”, disse.

Pelo texto, incidirá imposto sobre a revenda

de equipamentos agrícolas adquiridos com isenção fiscal e com menos de dois anos de uso, se o comprador não se enquadrar entre os beneficiários da isenção.

O texto observa que caberá ao Executivo fixar o montante da renúncia gerada pelo medida, bem como incluí-la no Orçamento federal, conforme a Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar 101/00).

### Tramitação

A proposta será analisada de forma conclusiva pelas comissões de Desenvolvimento Rural; de Finanças e Tributação; e de Constituição e Justiça e de Cidadania.

Reportagem - Emanuelle Brasil

Edição - Rosalva Nunes

Da Agência Câmara Notícias



Foto: Banco de imagens gratuito



Foto: Banco de imagens gratuito



DEZEMBRO

## Ministro da Agricultura defende prioridade para incentivo às exportações



Foto: Billy Boss / Câmara dos Deputados

**14 de dezembro** – O ministro da Agricultura, Blairo Maggi, afirmou nesta quarta-feira (14) que o incentivo às exportações é uma das prioridades da pasta. Ele participou de audiência na Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural da Câmara dos Deputados.

Segundo Maggi, o agronegócio representa 46,2% das exportações brasileiras e 21,5% do Produto Interno Bruto (PIB) do País. Já a participação do Brasil no comércio agrícola mundial é de 6,9%. Blairo Maggi afirmou que, nos últimos anos, o Brasil ficou de fora de grandes acordos comerciais e alertou que o País não pode abrir mão do seu maior negócio. Para ele, é preciso identificar quais são os entraves e expandir o mercado internacional.

"Nessa questão dos acordos comerciais prio-

ritários, o Brasil ficou muito displicente nos últimos anos, não participou dessas rodadas de negócios. Nós não nos envolvemos nos grandes acordos comerciais que o mundo fez e estamos perdendo terreno com isso. E eu diria o seguinte: não sei o que vai acontecer agora com a política do novo presidente dos Estados Unidos, se ele vai barrar alguma coisa ou não, mas, no caminho que estava indo, o Brasil estava perdendo o bonde da história em ter ficado de fora desses acordos comerciais internacionais", afirmou.

O ministro destacou que o Brasil deverá investir em oportunidades de negócios principalmente na Ásia, na África Austral e no México.

Presença internacional

Maggi acrescentou que é indispensável que o Brasil esteja presente nos eventos internacionais para garantir os seus interesses, principalmente na área de mudanças climáticas e biodiversidade.

"Nessas convenções mundiais que se faz, se nós não estivermos presentes, eles começam a gestar, a discutir algumas traves, algumas coisas que, no futuro, vão bater na agricultura. Por exemplo, nessa convenção do México agora, chegou-se

a discutir, teve até uma proposta, de fazer uma moratória sobre o desenvolvimento de biotecnologia. Se você não está lá, se você não se posiciona contra, eles votam, vira uma resolução e acabou. Você não faz mais avanços de biotecnologia para a frente", disse o ministro.

### **Preservação ambiental**

Blairo Maggi afirmou que o Brasil já fez muito pela preservação ambiental e espera que esses esforços sejam reconhecidos pela comunidade internacional.

"Nós já fizemos bastante. Nenhum país do mundo tem o que o Brasil tem: 61% do território preservado. Ocupamos 8% do nosso território para fazer agricultura e 19,7% para pecuária, 13% do nosso território é destinado às comunidades indígenas, 11% da preservação do Brasil é feita nas propriedades rurais por produtores brasileiros que não recebem absolutamente nada por isso e têm que manter as suas terras não ocupadas, não produtivas. E que custa para os produtores brasileiros e para o Estado brasileiro alguns bilhões de dólares por ano em preservação", disse Maggi.

### **Apoio parlamentar**

O deputado Afonso Hamm (PP-RS), que solicitou a vinda do ministro, destacou a importância da parceria entre parlamentares e o Poder Executivo para conseguir melhores resultados para os produtores. "O nosso produtor sabe produzir, mas não há organização efetiva de chegar a esses mercados [internacionais]", afirmou.

O ministro Blairo Maggi concluiu sua fala na Comissão de Agricultura afirmando esperar que o Brasil invista em alguns setores de importação para ampliar os seus acordos com outros países e incentivar a indústria; que valorize a diplomacia e questões sanitárias e fitossanitárias; e promova a imagem do País no exterior.

Reportagem – Mônica Thaty  
Edição – Pierre Triboli  
Da Agência Câmara Notícias

## Comissão destina recursos do FNDE para hortas em escolas



Foto: Luis Macedo / Câmara dos Deputados

**16 de dezembro** - A Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural aprovou proposta que destina recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar, para a aquisição de sementes e outros insumos necessários à implantação de hortas nas escolas públicas de educação básica. O objetivo é complementar a alimentação escolar.

O texto aprovado é o substitutivo do relator, deputado Beto Rosado (PP-RN), ao Projeto de Lei 5518/16, do deputado licenciado e atual ministro do Turismo Marx Beltrão. O projeto original insere, entre as finalidades do Programa de Aquisição de Alimentos, a distribuição de sementes oriundas da agricultura familiar para plantação de hortas em es-

colas públicas de educação básica.

O relator optou por retirar do texto obrigação de se adquirirem as sementes de hortaliças de agricultores familiares. Segundo ele, “a produção de sementes de hortaliças é uma atividade de alta tecnologia, geralmente dominada apenas por empresas especializadas”. Além disso, ele considera “adequado que a aquisição das sementes seja prevista no FNDE”.

### Tramitação

De caráter conclusivo, a proposta será analisada agora pelas comissões de Educação; e de Constituição e Justiça e de Cidadania.

Reportagem – Lara Haje  
Edição - Sandra Crespo  
Da Agência Câmara Notícias

## Comissão aprova transformação de reserva extrativista na Bahia em Área de Proteção Ambiental



Foto: Antonio Augusto / Câmara dos Deputados

**16 de dezembro** - A Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural aprovou, no dia 7 de dezembro, o Projeto de Lei 3068/15, do deputado Sérgio Brito (PSD-BA), que cria Área de Proteção Ambiental (APA) nas regiões de Canavieiras, Belmonte e Una, na chamada Costa do Cacau, no sul do estado da Bahia. Pela proposta, a APA terá aproximadamente 100.645,85 hectares.

Em 2006, a região foi transformada em reserva extrativista por meio de decreto presidencial. O parecer do relator, deputado Evandro Roman (PSD-PR), foi favorável à proposta, com emenda. Na visão dele, a transformação da área em reserva extrativista imobilizou totalmente a economia da

região, inviabilizando o turismo e a agricultura, voltada principalmente para a cacauicultura e a carcinicultura (criação de crustáceos).

Para ele, a transformação da área em APA possibilitará a recuperação da agricultura na região. “O turismo também poderá ser reestabelecido e enriquecido com o denominado turismo rural”, acrescentou.

Roman sugeriu emenda ao projeto para que os imóveis que foram desapropriados para a criação da reserva extrativista retornem ao seu estado de origem, com base em seus registros em cartório de Imóveis. Segundo ele, isso vai ajudar a se “reestabelecer a economia e o desenvolvimento da região o mais rapidamente possível”.

### Divergências

O deputado Marcon (PT-RS) apresentou voto em separado, por discordar do parecer. “A criação da APA e a extinção da reserva extrativista irá afetar diretamente a economia local, que depende da existência da unidade de conservação, sendo certo que haverá impactos negativos sociais, econômicos e ambientais diretos nas mais de 2.500 famílias que tiram da reserva o seu sustento”, argumentou.

Segundo Marcon, a reserva é utilizada por populações extrativistas tradicionais, cuja subsistência baseia-se no extrativismo e, complementarmente, na agricultura de subsistência e na criação de animais de pequeno porte.

#### Tramitação

A proposição tramita em caráter conclusivo nas comissões de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural; Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável e Constituição e Justiça e de Cidadania.

Reportagem – Lara Haje  
Edição - Sandra Crespo  
Da Agência Câmara Notícia



Foto: Banco de imagens gratuito

# PROPOSIÇÕES



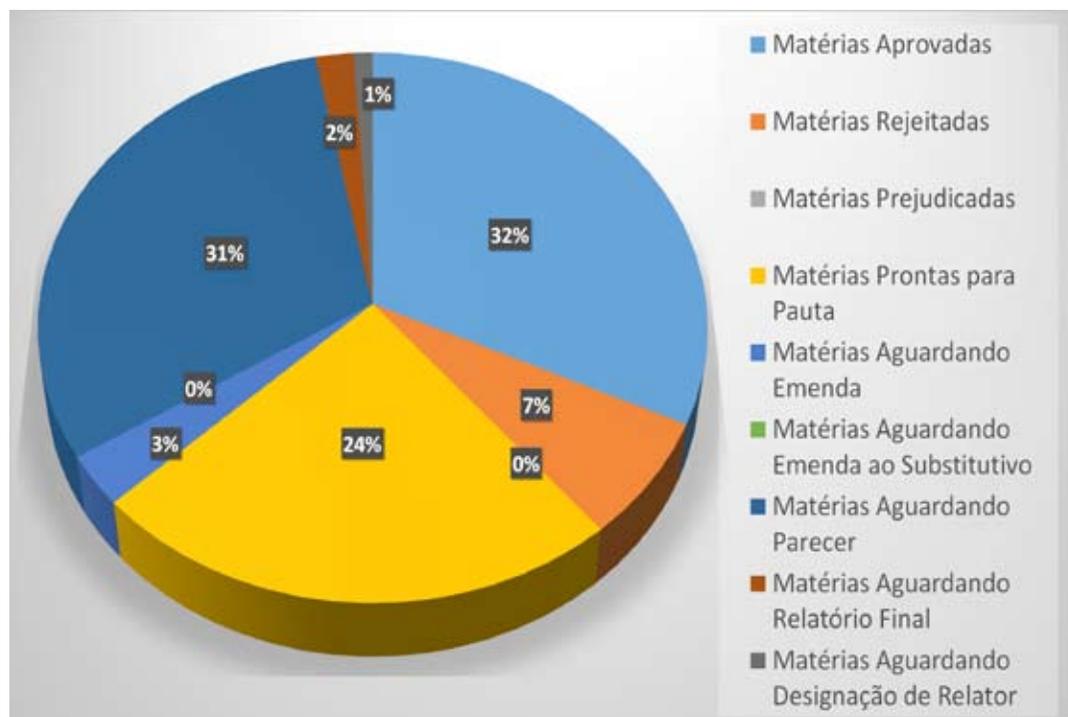
## Proposições apreciadas pela CAPADR

<b>Tipo de Proposição</b>	<b>Total de Proposições</b>
<b>Principal</b>	
PDC	1
PL	44
PLP	0
PFC	3
REQ	86
<b>Apensado</b>	
PL	5
PDC	0
<b>Total Geral</b>	<b>139</b>

## Resultado das Proposições apreciadas na CAPADR

Tipo de Proposição	Resultado		
	Aprovados	Rejeitados	Prejudicados
PDC	1	0	0
PL	40	9	0
PLP	0	0	0
PFC	3		
Total por Resultado	44	9	0
Total Geral	53		

# Gráfico do resultado das Proposições apreciadas na CAPADR



Data e Fonte: 22/12/2016 - Sileg

## Reuniões realizadas pela CAPADR

<b>Tipo de Reuniões</b>	<b>Total de Reuniões</b>
<b>Comissão</b>	<b>29</b>
<b>Audiência Pública</b>	<b>14</b>
<b>Reunião com Ministro</b>	<b>1</b>
<b>Encontro</b>	<b>6</b>
<b>Seminário</b>	<b>4</b>
<b>Mesa Redonda</b>	<b>1</b>
<b>Audiência Pública Conjunta (CME)</b>	<b>1</b>
<b>Reunião Técnica</b>	<b>1</b>
<b>Seminário Conjunto (CMADS)</b>	<b>1</b>
<b>Total Geral</b>	<b>29</b>

# MATÉRIAS APRECIADAS

## MATÉRIAS APROVADAS

### PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO – PDC

#### **PDC-441/2016** - COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL

Aprova o texto do Acordo Internacional de Cacau de 2010, assinado pelo Brasil em 7 de junho de 2012.

PARECER DO RELATOR, DEP. EVAIR VIEIRA DE MELO (PV-ES), PELA APROVAÇÃO, EM 13/09/16.

Aprovado por Unanimidade o Parecer, em 13/09/2016.

### PROJETO DE LEI - PL

#### **PL-3101/2015** - JÚLIA MARINHO

Dispõe sobre a concessão de pensão especial aos produtores e trabalhadores rurais trazidos pelo incri para os projetos de colonização implantados pelo governo federal ao longo dos trechos das br-163 (cuiabá/santarém) e br 230 (transamazônica) no período de 1971 a 1974.

PARECER DO RELATOR, DEP. PROFESSOR VICTÓRIO GALLI (PSC-MT), PELA APROVAÇÃO, COM SUBSTITUTIVO.

Aprovado o Parecer contra o voto do Deputado Bohn Gass, em 11/05/16.

#### **PL-3358/2015** – ALCEU MOREIRA

ALTERA A LEI Nº 1.283, DE 18 DE DEZEMBRO DE 1950, PARA DEFINIR PROCEDIMENTOS RELATIVOS À INSPEÇÃO E FISCALIZAÇÃO DOS PRODUTOS E ESTABELECIMENTOS QUE ESPECIFICA.

PARECER DO RELATOR, DEP. ROBERTO BALESTRA (PP-GO), PELA APROVAÇÃO.

Aprovado por Unanimidade o Parecer, EM 11/05/2016

**PL-3573/2015 – TEREZA CRISTINA**

ALTERA A LEI NO 11.076, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2004, DISPONDO SOBRE A EMISSÃO DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS DO AGRONEGÓCIO - CRA COM CLÁUSULA DE CORREÇÃO MONETÁRIA COM BASE NA VARIAÇÃO DA TAXA CAMBIAL, EM MOEDA ESTRANGEIRA OU DENOMINADOS EM E INDEXADOS À MOEDA ESTRANGEIRA.

PARECER DO RELATOR, DEP. ROBERTO BALESTRA (PP-GO), PELA APROVAÇÃO.

Aprovado por Unanimidade o Parecer, em 11/05/16.

**PL-3652/2015 - OTAVIO LEITE**

Altera a Lei n.º 7.291, de 19 de dezembro de 1984, que dispõe sobre as atividades de equideocultura no País, e dá outras providências.

PARECER DO RELATOR, DEP. RAIMUNDO GOMES DE MATOS (PSDB-CE), PELA APROVAÇÃO.

Aprovado por Unanimidade o Parecer, em 11/05/16.

**PL-3392/2015 – BETO ROSADO**

Altera o art. 25 da Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, para conceder descontos especiais nas tarifas de energia elétrica que for utilizada para atividade de irrigação, aquicultura e exploração de poços semi-artesianos para dessedentação humana.

Parecer do Relator, Dep. Nelson Marquezelli (PTB-SP), pela aprovação.

Aprovado por Unanimidade o Parecer, em 18/05/16.

**PL-3637/2015 – SENADO FEDERAL - ACIR GURGACZ**

Altera a Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964 (Estatuto da Terra), e a Lei nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979, que dispõe sobre o parcelamento do solo urbano, para suprimir a participação do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) no parcelamento do solo urbano.

PARECER DO RELATOR, DEP. CARLOS HENRIQUE GAGUIM (PMB-TO), PELA APROVAÇÃO.

Aprovado por Unanimidade o Parecer, em 18/05/16.

**PL-409/2015 – LUIS CARLOS HEINZE**

Institui isenção da contribuição para o PIS/PASEP, COFINS e CIDE-Combustíveis incidente sobre o óleo diesel utilizado na agricultura e pecuária e nos transportes de passageiros e de cargas.

PARECER DO RELATOR, DEP. HEITOR SCHUCH (PSB-RS), PELA APROVAÇÃO DESTE COM SUBSTITUTIVO E PELA REJEIÇÃO DA EMENDA AO SUBSTITUTIVO 1.

Aprovado por Unanimidade o Parecer, em 01/06/16.

**PL-1176/2015 – ANTONIO BALHMANN**

Altera a Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989, para disciplinar a prescrição de produtos destinados ao tratamento de culturas com suporte fitossanitário insuficiente.

PARECER COM COMPLEMENTAÇÃO DE VOTO, DEP. VALDIR COLATTO (PMDB-SC), PELA APROVAÇÃO DESTE COM SUBSTITUTIVO E TRÊS SUBEMENDAS, EM 15/06/16.

Aprovado o Parecer com Complementação de Voto contra os votos dos Deputados Zeca do Pt, João Daniel, Padre João e Marcon, apresentou voto em separado o Deputado Padre João, em 15/06/16.

**PL-3374/2015 – JHC**

Permite a compensação de créditos relativos à subvenção econômica extraordinária concedida a produtores independentes de cana-de-açúcar e unidades industriais produtoras de etanol combustível com débitos tributários.

PARECER DO RELATOR, DEP. SERGIO SOUZA (PMDB-PR), PELA APROVAÇÃO.

Aprovado por Unanimidade o Parecer, em 15/06/16.

**PL-4728/2016 – EVAIR DE MELO**

Institui a Política Nacional de Incentivo à Produção de Pimenta-do-Reino de Qualidade.

PARECER DO RELATOR, DEP. JOSUÉ BENGTON (PTB-PA), PELA APROVAÇÃO.

Aprovado por Unanimidade o Parecer, em 15/06/16.

**PL-1465/2015 – AUGUSTO CARVALHO**

Cria incentivos fiscais e creditícios a pessoas físicas e jurídicas que promovam a reposição florestal ou desassoreamento de rios, córregos, cursos de água ou nascentes e dá outras providências.

PARECER DO RELATOR, DEP. ROBERTO BALESTRA (PP-GO), PELA APROVAÇÃO DESTES, DO PL 1891/2015, DO PL 2410/2015 E DO PL 4226/2015, APENSADOS, COM SUBSTITUTIVO.

Aprovado por Unanimidade o Parecer, em 13/09/16.

**PL 1891/2015 - RENZO BRAZ**

Dispõe sobre a remuneração do proprietário rural pela conservação da vegetação que margeia as nascentes e os cursos d'água e adotam técnicas e métodos de conservação do solo que promovem a conservação e a melhoria dos recursos hídricos.

Aprovado. Apenso ao PL 1465/2015

**PL 2410/2015 - CARLOS MELLES**

Faculta ao produtor rural a dedução, no valor do imposto de renda, de valor retributivo à adoção de tecnologias e boas práticas produtivas conciliadas com as exigências ambientais.

Aprovado. Apenso ao PL 1465/2015

**PL 4.226/2015 - MARCELO BELINATTI**

Dispõe sobre a criação do Programa de Identificação, Cadastramento e Preservação de Nascentes de Água no âmbito nacional, através do Ministério do Meio Ambiente, com o escopo de melhor os recursos hídricos naturais, e dá outras providências.

Aprovado. Apenso ao PL 1465/2015

**PL-3764/2015 – ANDRÉ ABDON**

Altera a Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, que estabelece as Diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais, para incluir dispositivos que tratam do planejamento e da execução de ações públicas voltadas para a modernização e inovação tecnológica, e para o desenvolvimento e transferência tecnológica.

PARECER DO RELATOR, DEP. ASSIS DO COUTO (PDT-PR), PELA APROVAÇÃO, COM SUBSTITUTIVO.

Aprovado por Unanimidade o Parecer, em 13/09/16.

**PL-3833/2015 – SENADO FEDERAL - JOSÉ AGRIPINO**

Altera o art. 14 da Lei nº 11.692, de 10 de junho de 2008, que dispõe sobre o Programa Nacional de Inclusão de Jovens (Projovem), instituído pela Lei nº 11.129, de 30 de junho de 2005, para dispor sobre o Projovem Campo Saberes da Terra.

PARECER DO RELATOR, DEP. RAIMUNDO GOMES DE MATOS (PSDB-CE), PELA APROVAÇÃO.

Aprovado por Unanimidade o Parecer, em 13/09/16.

**PL-3838/2015 – BETO ROSADO**

Altera o art. 9º da Lei nº 12.844, de 19 de julho de 2013, que dispõe sobre a liquidação de créditos concedidos aos assentados da reforma agrária, com o objetivo de prorrogar o prazo para liquidação do crédito rural ofertados pelo poder Executivo com recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento do Nordeste - FNE e do Norte - FNO.

PARECER DO RELATOR, DEP. RAIMUNDO GOMES DE MATOS (PSDB-CE), PELA APROVAÇÃO.

Aprovado por Unanimidade o Parecer, em 13/09/16.

**PL-4135/2015 – GOULART**

Altera os artigos 24 e 57 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que "Regulamenta o artigo 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências", para dispor sobre a permissão de uso nos entrepostos públicos de abastecimento agroalimentar.

PARECER DO RELATOR, DEP. JOÃO RODRIGUES (PSD-SC), PELA APROVAÇÃO, COM EMENDA.

Aprovado por Unanimidade o Parecer, em 13/09/16.

**PL-4137/2015 – AFONSO HAMM**

Dispõe sobre a Política Nacional da Erva-Mate.

PARECER DO RELATOR, DEP. DAGOBERTO (PDT-MS), PELA APROVAÇÃO.

Aprovado por Unanimidade o Parecer, em 13/09/16.

**PL-4366/2016 - SENADO FEDERAL - ANGELA PORTELA**

Altera a Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006, para prever, no conceito de segurança alimentar e nutricional, a ampliação das condições de acesso aos alimentos por meio das medidas que mitiguem o risco de escassez de água potável, bem como a formação de estoques reguladores e estratégicos de alimentos.

PARECER DO RELATOR, DEP. ROBERTO BALESTRA (PP-GO), PELA APROVAÇÃO.

Aprovado por Unanimidade o Parecer, em 13/09/16.

**PL-4578/2016 – LUIZ COUTO**

Altera a Lei nº 9.636, de 15 de maio de 1998, para dispor sobre a permissão de uso de terrenos da União para a implantação de hortas comunitárias.

PARECER COM COMPLEMENTAÇÃO DE VOTO, DEP. RAIMUNDO GOMES DE MATOS (PSDB-CE), PELA APROVAÇÃO COM EMENDAS.

Aprovado por Unanimidade o Parecer com Complementação de Voto, em 13/09/16.

**PL-5109/2016 – JERÔNIMO GOERGEN**

Acrescenta parágrafo ao art. 8º da Lei n.º 8.171, de 17 de janeiro de 1991, que dispõe sobre a política agrícola.

PARECER DO RELATOR, DEP. DILCEU SPERAFICO (PP-PR), PELA APROVAÇÃO.

Aprovado por Unanimidade o Parecer, em 13/09/16.

**PL-2353/2015 - ALFREDO NASCIMENTO**

Altera a Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social, uniformizando o conceito de pescador artesanal e dá outras providências.

PARECER DO RELATOR, DEP. CELSO MALDANER (PMDB-SC), PELA APROVAÇÃO DESTE, E DO PL 4017/2015, APENSADO, COM SUBSTITUTIVO.

Aprovado por Unanimidade o Parecer, em 05/10/16.

**PL 4017/2015 - RONALDO CARLETTO**

Altera as Leis nºs 8.212 e 8.213, ambas de 24 de julho de 1991, para estabelecer o conceito de pescador artesanal.

Aprovado. Apenso ao PL 4017/2015.

**PL-3859/2015 - EVAIR DE MELO**

Dispõe sobre a agroindustrialização artesanal de embutidos de origem animal.

PARECER DO RELATOR, DEP. NELSON MEURER (PP-PR), PELA APROVAÇÃO.

Aprovado por Unanimidade o Parecer, em 05/10/16.

**PL-5026/2016 – EVAIR DE MELO**

Institui a Política Nacional de Incentivo à Produção de Borracha Natural de Qualidade.

PARECER DO RELATOR, DEP. ANDRÉ ABDON (PP-AP), PELA APROVAÇÃO.

Aprovado por Unanimidade o Parecer, em 05/10/16.

**PL-2478/2011 – ALCEU MOREIRA**

Dispõe sobre o planejamento de ações de política agrícola.

PARECER DO RELATOR, DEP. LUIS CARLOS HEINZE (PP-RS), PELA APROVAÇÃO DO SUBSTITUTIVO DO SENADO FEDERAL AO PL 2.478-D DE 2011.

Aprovado por Unanimidade o Parecer, em 23/11/16.

**PL-3660/2015 - CABUÇU BORGES**

Altera o art. 15 da Lei nº 12.852, de 5 de agosto de 2013, acrescentando os incisos VIII e IX, para incluir expressamente a menção o fomento de atividades econômicas no campo vinculadas à cultura e ao turismo e a promoção da formação e da profissionalização de técnicos culturais no campo.

PARECER DO RELATOR, DEP. ZÉ SILVA (SD-MG), PELA APROVAÇÃO.

Aprovado por Unanimidade o Parecer, em 23/11/16.

**PL-3980/2015 - ZÉ SILVA**

Acresce dispositivo à Leis nº 12.188, de 11 de janeiro de 2010, e à Lei nº 12.897, de 18 de dezembro de 2013, para incluir o estímulo à criação de programas de educação ambiental aplicada às atividades agropecuárias entre os objetivos da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária - PNATER e da Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural - ANATER, e dá outras providências.

PARECER DO RELATOR, DEP. EVAIR VIEIRA DE MELO (PV-ES), PELA APROVAÇÃO.

Aprovado por Unanimidade o Parecer, em 23/11/16.

**PL-4508/2016 - TEREZA CRISTINA**

Altera a Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012, que dispõe sobre o novo Código Florestal brasileiro, para autorizar o apascentamento de animais em área de Reserva Legal.

PARECER DA RELATORA, DEP. SHÉRIDAN (PSDB-RR), PELA APROVAÇÃO, COM EMENDA.

Aprovado por Unanimidade o Parecer, em 23/11/16.

**PL-5250/2016 – WEVERTON ROCHA**

Acrescenta o § 4º ao art. 25 da Lei no nº 10.438, de 26 de abril de 2002.

PARECER DO RELATOR, DEP. DAGOBERTO (PDT-MS), PELA APROVAÇÃO.

Aprovado por Unanimidade o Parecer, em 23/11/16.

**PL-5473/2016 – CARLOS HENRIQUE GAGUIM**

Altera a Lei nº 9.393, de 19 de dezembro de 1996, para isentar do Imposto Territorial Rural as florestas plantadas.

PARECER DO RELATOR, DEP. IRAJÁ ABREU (PSD-TO), PELA APROVAÇÃO.

Aprovado o Parecer contra o voto do Deputado Beto Faro, que apresentou voto em separado em 23/11/16.

**PL-5984/2016 – GONZAGA PATRIOTA**

Concede isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) na aquisição de máquinas e equipamentos agrícolas, veículos utilitários, tratores e caminhões novos, de fabricação nacional, destinados a transporte de cargas e à produção agrícola em geral, adquiridos por agricultores familiares, pecuaristas, assentados e produtores rurais, bem como por pessoas jurídicas voltadas ao agronegócio.

PARECER DO RELATOR, DEP. DILCEU SPERAFICO (PP-PR), PELA APROVAÇÃO.

Aprovado por Unanimidade o Parecer, em 23/11/16.

**PL-6048/2016 – AFONSO HAMM**

Dispõe sobre a Política Nacional de Incentivo à Ovinocaprinocultura.

PARECER DO RELATOR, DEP. RAIMUNDO GOMES DE MATOS (PSDB-CE), PELA APROVAÇÃO, COM EMENDA.

Aprovado por Unanimidade o Parecer, em 23/11/16.

**PL-3068/2015 – SÉRGIO BRITO**

Dispõe sobre a criação da Área de Proteção Ambiental de Canavieiras, localizada nos Municípios de Canavieiras, Belmonte e Una, no Estado da Bahia.

PARECER DO RELATOR, DEP. EVANDRO ROMAN (PSD-PR), PELA APROVAÇÃO, COM EMENDA.

Aprovado o Parecer contra o voto do Deputado Marcon, apresentou voto em separado o Deputado Marcon 07/12/16.

**PL-3530/2015 – LUCIO MOSQUINI**

Acresce o art. 18-B à Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, para dispor sobre as cláusulas resolutivas dos títulos de domínio, concessão de uso ou concessão de direito real de uso - CDRU, emitidos pelo órgão fundiário federal e dá outras providências.

PARECER DO RELATOR, DEP. EVANDRO ROMAN (PSD-PR), PELA APROVAÇÃO, COM EMENDA.

Aprovado o Parecer contra o voto do Deputado João Daniel, apresentou voto em separado o Deputado João Daniel em 07/12/16.

**PL-3584/2015 – EVAIR DE MELO**

Institui a Política Nacional de Incentivo às Agroindústrias.

PARECER DO RELATOR, DEP. PEDRO CHAVES (PMDB-GO), PELA APROVAÇÃO, COM EMENDA.

Aprovado por Unanimidade o Parecer, em 07/12/16.

**PL-4550/2016 – HEITOR SCHUCH**

Altera a redação do § 3º do art. 29 da Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012, que dispõe sobre a proteção da vegetação nativa, para prorrogar o prazo de inscrição do imóvel rural no Cadastro Ambiental Rural - CAR.

PARECER DO RELATOR, DEP. CÉSAR HALUM (PRB-TO), PELA APROVAÇÃO.

Aprovado por Unanimidade o Parecer, em 07/12/16.

**PL-5518/2016 – MARX BELTRÃO**

Acrescenta inciso ao "caput" do art. 19 da Lei nº 10.696, de 2003, para inserir, no Programa de Aquisição de Alimentos, a distribuição de sementes para plantação de hortas nas escolas públicas de educação básica.

PARECER DO RELATOR, DEP. BETO ROSADO (PP-RN), PELA APROVAÇÃO, COM SUBSTITUTIVO.

Aprovado por Unanimidade o Parecer, em 07/12/16.

**PL-5674/2016 – MARCIO ALVINO**

Dispõe sobre isenção do Imposto Territorial Rural - ITR para imóvel rural com manancial devidamente preservado, quando houver restrição para uso do solo em outras atividades, observada a legislação ambiental.

PARECER DO RELATOR, DEP. LUIS CARLOS HEINZE (PP-RS), PELA APROVAÇÃO.

Aprovado por Unanimidade o Parecer, em 07/12/16.

## **PROPOSTA DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE – PFC**

### **PFC-40/2011 - ABELARDO LUPION**

Propõe que a Comissão de Agricultura - com o auxílio do Tribunal de Contas da União - fiscalize o impacto das medidas tomadas pelo Governo para o escoamento da produção agropecuária.

RELATÓRIO FINAL, DEPUTADO ONYX LORENZONI, PELO ENCERRAMENTO; E, NO MÉRITO, PELO ARQUIVAMENTO.

Aprovado por Unanimidade o Relatório Final, em 07/12/16.

### **PFC-50/2015 – IRAJÁ ABREU**

Propõe que a Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural - CAPADR, por intermédio do Banco Central do Brasil - BACEN, promova a fiscalização dos atos financeiros praticados pelo Banco do Estado da Amazônia - BASA, referente à remuneração cobrada dos proponentes nos financiamentos a título de taxa de avaliação das garantias oferecidas no financiamento; taxa de análise dos projetos de financiamento; taxa de análise para renegociação de financiamentos inadimplentes, comparado ao que preconiza a Resolução nº 4.288, de 22 de novembro de 2013, do Banco Central do Brasil - BACEN.

RELATÓRIO FINAL, DEPUTADA TEREZA CRISTINA, PELO ARQUIVAMENTO.

Aprovado por Unanimidade o Relatório Final, em 07/12/16.

**PFC-28/2015 – CARLOS HENRIQUE GAGUIM**

Propõe que a Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural - CAPADR promova a fiscalização dos atos do INCRA e do Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA que promovem o desenvolvimento dos assentamentos rurais do Brasil, criando meios para propiciar melhorias e padronizar procedimentos para todos os assentamentos do Brasil.

RELATÓRIO FINAL À PFC 28/2015 SOLICITANDO AMPLIAÇÃO DE DEBATES E ENCAMINHAMENTO DO RELATÓRIO À CPI - FUNAI E INCRA, À ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA E AO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL.

Aprovado por Unanimidade o Relatório Final, em 07/12/16.

# MATÉRIAS REJEITADAS

## PROJETO DE LEI - PL

### **PL-1896/2015** – GIOVANI CHERINI

Acrescenta o art. 11-A à Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, que "Dispõe sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV) e dá outras providências, para os fins de incluir os técnicos agrícolas no âmbito do subprograma denominado Programa Nacional de Habitação Rural - PNHR.

Rejeitada em 01/06/16.

### **PL-2857/2015** – MARCO MAIA

Autoriza a negociação entre a União, por meio da Secretaria do Tesouro Nacional, do Ministério de Estado da Fazenda, e as Cooperativas Rurais que tenham dívidas vencidas ou vincendas com a União e, reciprocamente, tenham crédito de qualquer natureza contra esta, nos termos do regulamento.

Rejeitada em 01/06/16.

### **PL-7535/2010** – PAULO PIMENTA

Altera a Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, concedendo ao órgão fundiário federal preferência na aquisição de imóvel rural penhorado. (Apensos Pls nºs 302/2015 e 3446/2015).

Rejeitada em 15/05/16.

### **PL - 302/2015** – VALMIR ASSUNÇÃO E OUTROS

Modifica a Lei 4.595, de 1964, para determinar que as instituições financeiras informem ao Banco Central do Brasil e ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA os imóveis rurais adquiridos em liquidação de empréstimos de difícil ou duvidosa solução.

Rejeitada em 15/06/16.

**PL-3446/2015 – MARCOS ABRÃO**

Altera a Lei nº 7.827, de 1989, para estabelecer limite mínimo de aplicação dos recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento para as atividades de micro e pequenas empresas.

Rejeitada em 05/10/16.

**PL-2325/2007 – ROSE DE FREITAS**

Altera a Lei nº 9.456, de 25 de abril de 1997, que institui a Lei de Proteção de Cultivares e dá outras providências.

Rejeitada em 07/12/16.

**PL -3100/2008 – MOACIR MICHELETTO**

Altera a Lei nº 9.456, de 25 de abril de 1997, que "Institui a Lei de Proteção de Cultivares e dá outras providências".

Rejeitada em 07/12/16.

**PL 6862/2010 – BETO FARO**

Dispõe sobre o disciplinamento da cobrança de contraprestação pecuniária pela utilização de cultivares ou variedades vegetais para a produção agrícola, e dá outras providências.

Rejeitada em 07/12/16.

**PL-5262/2016 – SARNEY FILHO**

Altera dispositivos da Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012.

Rejeitada em 07/12/16.

# MATÉRIAS EM APRECIÇÃO

## MATÉRIAS PRONTAS PARA A PAUTA

### PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO – PDC

#### **PDC 240/2015** – LUIS CARLOS HEINZE

Susta os efeitos da Portaria nº 531, de 5 de outubro de 2015, do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA - que "declara como terras da Comunidade Remanescente de Quilombo Mormaça", a área situada no Município de Sertão, Estado do Rio Grande do Sul."

PARECER DO RELATOR, DEP. ONYX LORENZONI (DEM-RS), PELA APROVAÇÃO

#### **PDC 319/2016** – CARLOS ZARATTINI

Susta o ato do Poder Executivo que determina a extinção do desconto sobre as tarifas para o suprimento de energia elétrica às cooperativas de eletrificação rural enquadradas como permissionárias de serviço de distribuição de energia elétrica.

PARECER DO RELATOR, DEP. NELSON MARQUEZELLI (PTB-SP), PELA APROVAÇÃO.

#### **PDC 356/2016** - JERÔNIMO GOERGEN

Susta o "Decreto de 1º de abril de 2016, que declara de interesse social, para fins de reforma agrária, o imóvel rural denominado Fazenda Tingui, situado no Município de Quixeramobim, Estado do Ceará".

PARECER DO RELATOR, DEP. RAIMUNDO GOMES DE MATOS (PSDB-CE), PELA APROVAÇÃO.

**PDC 357/2016 – JERÔNIMO GOERGEN**

Susta o "Decreto de 1º de abril de 2016, que declara de interesse social, para fins de reforma agrária, o imóvel rural denominado Macacos, Boi Preto, Pereiros, Pimenta e Logradouro, situado no Município de Sousa, Estado da Paraíba".

PARECER DO RELATOR, DEP. ONYX LORENZONI (DEM-RS), PELA APROVAÇÃO

**PDC 359/2016 – JERÔNIMO GOERGEN**

Susta o "Decreto de 1º de abril de 2016, que declara de interesse social, para fins de reforma agrária, o imóvel rural denominado Fazenda Curitiba, situado no Município de Iramaia, Estado da Bahia

PARECER DO RELATOR, DEP. ALBERTO FRAGA (DEM-DF), PELA APROVAÇÃO".

**PDC 362/2016 – JERÔNIMO GOERGEN**

Susta o "Decreto de 1º de abril de 2016, que Declara de interesse social, para fins de reforma agrária, o imóvel rural denominado Fazenda Complexo Nascimento, situado no Município de Japoatã, Estado de Sergipe.

PARECER DO RELATOR, DEP. JOÃO RODRIGUES (PSD-SC), PELA APROVAÇÃO.

**PDC 363/2016 – JERÔNIMO GOERGEN**

Susta o "Decreto de 1º de abril de 2016, que declara de interesse social, para fins de reforma agrária, o imóvel rural denominado Lagoa dos Bois/Tunisia, situado no Município de Quixeramobim, Estado do Ceará

PARECER DO RELATOR, DEP. RAIMUNDO GOMES DE MATOS (PSDB-CE), PELA APROVAÇÃO.

**PDC 368/2016 – JERÔNIMO GOERGEN**

Susta o "Decreto de 1º de abril de 2016, que declara de interesse social, para fins de reforma agrária, o imóvel rural denominado Fazenda Conceição ou Impertinente, situado no Município de Fazenda Nova, Estado de Goiás".

PARECER DO RELATOR, DEP. ROBERTO BALESTRA (PP-GO), PELA APROVAÇÃO

**PDC 371/2016 – JERÔNIMO GOERGEN**

Susta o "Decreto de 1º de abril de 2016, que declara de interesse social, para fins de reforma agrária, o imóvel rural denominado Fazenda Conjunto Serro Azul, situado no Município de Porto Seguro, Estado da Bahia".

PARECER DO RELATOR, DEP. ONYX LORENZONI (DEM-RS), PELA APROVAÇÃO

**PDC 372/2016 - JERÔNIMO GOERGEN**

Susta o "Decreto de 1º de abril de 2016, que declara de interesse social, para fins de reforma agrária, o imóvel rural denominado Fazenda Ambrósio ou Moreira, situado no Município de Unaí, Estado de Minas Gerais".

PARECER DO RELATOR, DEP. ALCEU MOREIRA (PMDB-RS), PELA APROVAÇÃO.

**PDC 373/2016– JERÔNIMO GOERGEN**

Susta o "Decreto de 1º de abril de 2016, que declara de interesse social, para fins de reforma agrária, o imóvel rural denominado Fazenda Malhadinha, situado nos Municípios de Flores de Goiás e de Vila Boa, Estado de Goiás".

PARECER DO RELATOR, DEP. ALBERTO FRAGA (DEM-DF), PELA APROVAÇÃO.

**PDC 374/2016 - JERÔNIMO GOERGEN**

Susta o "Decreto de 1º de abril de 2016, que declara de interesse social, para fins de reforma agrária, o imóvel rural denominado Fazenda Lagoa da Vaca, situado nos Municípios de Manari e Inajá, Estado de Pernambuco, e Mata Grande, Estado de Alagoas".

PARECER DO RELATOR, DEP. JOÃO RODRIGUES (PSD-SC), PELA APROVAÇÃO.

**PDC 375/2016 – JERÔNIMO GOERGEN**

Susta o "Decreto de 1º de abril de 2016, que declara de interesse social, para fins de reforma agrária, o imóvel rural denominado Fazenda Riacho do Mato, situado no Município de São João D'Aliança, Estado de Goiás".

PARECER DO RELATOR, DEP. ROBERTO BALESTRA (PP-GO), PELA APROVAÇÃO.

**PDC 376/2016 - JERÔNIMO GOERGEN**

Susta o "Decreto de 1º de abril de 2016, que declara de interesse social, para fins de reforma agrária, o imóvel rural denominado Fazenda Barra, situado no Município de Adustina, Estado da Bahia".

PARECER DO RELATOR, DEP. NELSON MARQUEZELLI (PTB-SP), PELA APROVAÇÃO.

**PDC 377/2016 – JERÔNIMO GOERGEN**

Susta o "Decreto de 1º de abril de 2016, que declara de interesse social, para fins de reforma agrária, o imóvel rural denominado Fazenda Prudentina, situado no Município de Laranjal, Estado do Paraná".

PARECER DO RELATOR, DEP. NELSON MARQUEZELLI (PTB-SP), PELA APROVAÇÃO.

**PDC 383/2016 – EVAIR VIEIRA DE MELO**

Susta a Resolução nº 1, de 9 de maio de 2016, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, publicada no Diário Oficial da União de 10 de maio de 2016, que aprova os requisitos fitossanitários para importação de grãos (Categoria 3, Classe 9) de café (Coffea Arábica L.), produzidos no Peru.

PARECER DO RELATOR, DEP. ZÉ SILVA (SD-MG), PELA APROVAÇÃO DESTES E DO PDC 387/2016, APENSADO, COM SUBSTITUTIVO.

## **PROPOSTA DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE – PFC**

### **PFC 93/2016 – SÉRGIO SOUZA**

Propõe que a Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural adote as medidas necessárias para continuidade da fiscalização e controle diante das informações prestadas a esta Comissão Parlamentar pelo Tribunal de Contas da União por meio do Acórdão nº1717-26/2016 no sentido de: (i) requisitar informações à Comissão de Valores Mobiliários (CVM) sobre eventuais Fundos de Investimentos registrados naquele órgão de controle que tenham como objeto de investimentos as empresas apontadas pelo TCU como as principais receptoras de recursos do Fundo da Marinha Mercante (FMM) no período de 2005-2014, conforme discriminado na Tabela 10 do Acórdão nº1717-26/2016 do TCU; (ii) requisitar informações à Superintendência Nacional de Previdência Complementar (PREVIC) sobre eventuais investimentos realizados de forma direta ou indireta, nesta última hipótese por meio de Fundos de Investimentos, por Entidades de Previdência Complementar em proveito das empresas apontadas pelo TCU como as principais receptoras de recursos do Fundo da Marinha Mercante (FMM) no período de 2005-2014, conforme discriminado na Tabela 10 do Acórdão nº1717-26/2016 do TCU.

RELATÓRIO PRÉVIO, DEP. DAGOBERTO (PDT-MS), PELA IMPLEMENTAÇÃO NOS TERMOS DO PLANO DE EXECUÇÃO E E METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO APRESENTADO.

## **PROJETO DE LEI – PL**

### **PL 1587/2011 – ZÉ SILVA**

Altera o inciso I do art. 3º da Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006.

PARECER DO RELATOR, DEP. CARLOS HENRIQUE GAGUIM (PMDB-TO), PELA REJEIÇÃO DESTE, E DO PL 7468/2014, APENSADO.

### **PL 5191/2013 – ROGÉRIO PENINHA MENDONÇA**

Dispõe sobre a produção de cerveja artesanal.

PARECER DO RELATOR, DEP. IRAJÁ ABREU (PSD-TO), PELA REJEIÇÃO DESTE.

### **PL 7790/2014 – IRAJÁ ABREU**

Acresce o § 9º ao art. 176 da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, que dispõe sobre os registros públicos e dá outras providências, para dispensar a apresentação de carta de anuência de confrontantes na averbação do georreferenciamento de imóveis rurais.

PARECER COM COMPLEMENTAÇÃO DE VOTO, DEP. ONYX LORENZONI (DEM-RS), PELA APROVAÇÃO DO PROJETO DE LEI E PELA REJEIÇÃO DA EMENDA 1/2015 DA CAPADR.

### **PL 1712/2015 – EVAIR DE MELO**

Altera a Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012, para estabelecer a obrigatoriedade de adoção de medidas de restrição a importações nos casos que menciona.

PARECER DO RELATOR, DEP. CARLOS MELLES (DEM-MG), PELA APROVAÇÃO, COM SUBSTITUTIVO.

**PL 3982/2015 – JOVAIR ARANTES**

Autoriza a renegociação de dívidas oriundas de operações de crédito rural ou agroindustrial contratadas por produtores rurais e suas cooperativas ao amparo do Programa Nacional do Alcool - Proálcool.

PARECER DO RELATOR, DEP. ROBERTO BALESTRA (PP-GO), PELA APROVAÇÃO.

**PL 4131/2015 – AUGUSTO CARVALHO**

Altera a Lei nº 11.284, de 2 de março de 2006, que dispõe sobre a gestão de florestas públicas para a produção sustentável, para fins de conceder compensação financeira a produtores rurais da Amazônia Legal e das regiões abrangidas pelo Cerrado, pela manutenção de áreas cobertas por florestas.

PARECER DO RELATOR, DEP. LUIZ CLÁUDIO (PR-RO), PELA APROVAÇÃO.

**PL 4314/2016 – JERÔNIMO GOERGEN**

Altera os artigos 14, 51 e 851 do Regulamento da Inspeção Industrial e Sanitária de Produtos de Origem Animal - RIISPOA

PARECER DO RELATOR, DEP. CÉSAR HALUM (PRB-TO), PELA APROVAÇÃO, COM SUBSTITUTIVO.

**PL 4719/2016 – JERÔNIMO GOERGEN**

Acrescenta parágrafo 8º ao Art. 29, da Lei n.º 10.637, de 30 de dezembro de 2002.

PARECER DO RELATOR, DEP. LUIS CARLOS HEINZE (PP-RS), PELA APROVAÇÃO, COM SUBSTITUTIVO.

**PL 5032/2016 – CARLOS BEZERRA**

Acrescenta parágrafo ao artigo 225 da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, que "dispõe sobre os registros públicos, e dá outras providências", para dispensar a realização de novo georreferenciamento de imóvel rural arrematado ou adjudicado.

PARECER DO RELATOR, DEP. IRAJÁ ABREU (PSD-TO), PELA APROVAÇÃO DESTES, E PELA REJEIÇÃO DA EMENDA 1/2016 DA CAPADR.

**PL 5355/2016 – CÉSAR HALUM**

Altera a Lei nº 12.689, de 19 de julho de 2012, que "estabelece o medicamento genérico de uso veterinário".

PARECER DO RELATOR, DEP. ZÉ SILVA (SD-MG), PELA APROVAÇÃO, COM SUBSTITUTIVO.

**PL 5449/2016 – COVATTI FILHO**

Altera a Lei nº 8.427, de 27 de maio de 1992, para prever a subvenção econômica a produtores para a equalização do preço de aquisição de milho destinado à alimentação animal, em períodos de elevação dos custos de produção para patamares superiores aos de venda do produto final.

PARECER DO RELATOR, DEP. NELSON MEURER (PP-PR), PELA APROVAÇÃO, COM SUBSTITUTIVO.

**PL 5650/2016 – AFONSO HAMM**

Autoriza o plantio de erva-mate em Área de Preservação Permanente na pequena propriedade ou posse rural familiar.

PARECER DO RELATOR, DEP. JERÔNIMO GOERGEN (PP-RS), PELA APROVAÇÃO

**PL 6042/2016 – JOÃO DANIEL**

Altera a Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989, para atualizar as penalidades aplicáveis aos casos de infração às disposições legais.

PARECER DO RELATOR, DEP. VALDIR COLATTO (PMDB-SC), PELA REJEIÇÃO.

**PL 5106/2016 – CARLOS HENRIQUE GAGUIM**

Torna obrigatória a utilização de percentuais mínimos de energia oriunda de fontes renováveis em projetos de irrigação pública.

PARECER DO RELATOR, DEPUTADO RAIMUNDO GOMES DE MATOS (PSDB-CE), PELA APROVAÇÃO.

# **MATÉRIAS AGUARDANDO EMENDA**

## **PROJETO DE LEI – PL**

### **PL 5058/2016 – IRAJÁ ABREU**

Institui o Programa Nacional de Recuperação de Áreas Degradadas e altera a Lei nº 9.393, de 19 de dezembro de 1996, para excluir da área tributável dos imóveis rurais as áreas degradadas em recuperação ou efetivamente recuperadas.

Relator: Deputado Lázaro Botelho.

### **PL6543/2016 – NILTO TATTO**

Modifica os Artigos 3º, 11, e 14, da Lei nº 9.393, de 19 de dezembro de 1996, e dá outras providências

Relator: Deputado Lázaro Botelho.

### **PL 6717/2016 – AFONSO HAMM**

Disciplina sobre o porte rural de arma de fogo.

Relator: Deputado Fraga.

### **PL 6647/2016 – RÔMULO GOUVEIA**

Acrescenta inciso XIV ao art. 7º da Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, para determinar que a aquisição de gêneros alimentícios por unidades integrantes do Sistema Único de Saúde seja promovida mediante compra direta junto a agricultor familiar, empreendedor familiar rural ou organizações que os congreguem, observados preços compatíveis com o mercado.

Relator: Deputado Raimundo Gomes de Matos.

# **MATÉRIAS AGUARDANDO PARECER**

## **PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO – PDC**

### **PDC 358/2016 – JERÔNIMO GOERGEN**

Susta o "Decreto de 1º de abril de 2016, que declara de interesse social, para fins de reforma agrária, o imóvel rural denominado Trapiá/Sítio Trapiá, situado nos Municípios de Canindé e Itatira, Estado do Ceará.

RELATOR: DEPUTADO CARLOS MARUN.

### **PDC 361/2016 – JERÔNIMO GOERGEN**

Susta o "Decreto de 1º de abril de 2016, que declara de interesse social, para fins de reforma agrária, o imóvel rural denominado Fazenda São João, situado no Município de Nova Alvorada do Sul, Estado do Mato Grosso do Sul.

RELATOR: DEPUTADO CARLOS MARUN.

### **PDC 365/2016 – JERÔNIMO GOERGEN**

Susta o "Decreto de 1º de abril de 2016, que declara de interesse social, para fins de reforma agrária, o imóvel rural denominado Areia Branca/Futuro, situado no Município de Açu, Estado do Rio Grande do Norte".

RELATOR: DEPUTADO LUIS CARLOS HEINZE.

## **PROJETO DE LEI – PL**

### **PL 3723/2008 – PODER EXECUTIVO**

Dispõe sobre o tratamento tributário aplicável às sociedades cooperativas em geral no âmbito federal.

RELATOR: DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO.

### **PL 5949/2013 – RICARDO IZAR**

Dispõe sobre a proibição de abate de equinos, equídeos, mulas e jumentos em todo o Território Nacional e dá outras providências.

RELATOR: DEPUTADO EXPEDITO NETTO

### **PL 206/2015 – POMPEO DE MATTOS**

Proíbe a fabricação, comercialização e utilização, em todo o Território Nacional, de redes de pesca, com malha inferior a 05 e dá outras providências.

RELATOR: DEPUTADO GIVALDO CARIMBÃO

### **PL 1016/2015 – JÚLIA MARINHO**

Altera a Lei nº 5.550, de 4 de dezembro de 1968, para definir atividades e atribuições profissionais do zootecnista, e dá outras providências.

RELATOR: DEPUTADO ALBERTO FRAGA

### **PL 1670/2015 – ROGÉRIO PENINHA MENDONÇA**

Institui o Sistema Brasileiro de Vigilância Agropecuária Internacional - Vigiagro e a Taxa de Vigilância Agropecuária Internacional; estabelece sanções administrativas e penais; altera a Lei nº 12.016, de 7 de agosto de 2009; e dá outras providências.

RELATOR: DEPUTADO DANIEL VILELA

**PL 3082/2015 – EVAIR DE MELO**

Dispõe sobre a Política Nacional de Incentivo à Produção de Frutas in Natura e de Produtos Derivados

RELATOR: DEPUTADO ZÉ SILVA

**PL 2334/2015 – JOÃO MARCELO SOUZA**

Institui a Política Nacional para o Manejo Sustentável e Plantio da Palmeira do Babaçu (*Orbignya martiana*) e dá outras providências.

RELATOR: DEPUTADO ÁTILA LINS

**PL 3615/2015 – HELDER SALOMÃO**

Inclui dispositivo no art. 5º da Lei nº 5.662, de 21 de junho de 1971, que enquadra o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico na categoria de empresa pública e dá outras providências, para condicionar seus financiamentos para a aquisição de máquinas e equipamentos agrícolas à geração de emprego e renda para as trabalhadoras e os trabalhadores rurais.

RELATOR: DEPUTADO ALCEU MOREIRA.

**PL 3710/2015 – JHC**

Altera dispositivos nas Leis federais nº 12.865/2013 e 12.999/2014 para prorrogar a vigência do pagamento da subvenção de tratam essas Leis.

RELATOR: DEPUTADO NILTON CAPIXABA

**PL 4547/2016 – RÔMULO GOUVEIA**

Regula a importação de carnes e derivados.

RELATOR: DEPUTADO CÉSAR HALUM

**PL 4576/2016 – EDINHO BEZ**

Altera a Lei nº 10.831, de 23 de dezembro 2003, para dispor sobre a comercialização direta aos consumidores de produtos orgânicos.

RELATOR: DEPUTADO LUIZ NISHIMORI

**PL 4652/2016 – CLEBER VERDE**

Altera a Lei nº 12.727 de 17 de Outubro de 2012, que Altera a Lei no 12.651, de 25 de maio de 2012, que dispõe sobre a proteção da vegetação nativa.

RELATOR: DEPUTADO LÁZARO BOTELHO

**PL 4672/2016 – AFONSO MOTTA**

Altera o art. 12 da Lei nº 8.212 e o art. 11 da Lei nº 8.213, ambas de 24 de julho de 1991, para dispor sobre a contratação de empregados, em épocas de safra, por segurados especiais do Regime Geral de Previdência Social.

RELATOR: DEPUTADO WALTER ALVES

**PL 4673/2016 – AFONSO MOTTA**

Altera o art. 12 da Lei nº 8.212 e o art. 11 da Lei nº 8.213, ambas de 24 de julho de 1991, para dispor sobre o exercício de atividade remunerada, em período de entressafra ou defeso, por segurados especiais do Regime Geral de Previdência Social.

RELATOR: DEPUTADO ASSIS DO COUTO

**PL 4720/2016 – JERÔNIMO GOERGEN**

Altera a Lei nº 10.823, de 19 de dezembro de 2003, que dispõe sobre a subvenção econômica ao prêmio do Seguro Rural.

RELATOR: DEPUTADO AFONSO HAMM

**PL 4732/2016 – ALCEU MOREIRA**

Concede descontos para as cooperativas de eletrificação rural na compra de energia.

RELATOR: DEPUTADO ROGÉRIO PENINHA MENDONÇA

**PL 4959/2016 – SARNEY FILHO**

Acrescenta dispositivos à Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012, e à Lei 9.605, de 12 de fevereiro de 1998.

RELATOR: DEPUTADO CARLOS MARUN

**PL 5247/2016 – WEVERTON ROCHA**

Acrescenta-se o artigo 5ºA a Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, que estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais.

RELATOR: DEPUTADO LUIS CARLOS HEINZE

**PL 5352/2016 – HELDER SALOMÃO**

Altera os artigos 14 e 20 da Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, que dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e o art. 19 da Lei nº 10.696, de 2 de julho de 2003, que instituiu o Programa de Aquisição de Alimentos.

RELATOR: DEPUTADO HEITOR SCHUCK

**PL 5410/2016 – JOÃO DERLY**

Torna obrigatória a exposição nos rótulos das rações animais de todos os nutrientes contidos em suas composições, com as respectivas quantidades.

RELATOR: DEPUTADO ADILTON SACHETTI

**PL 5651/2016**– TEREZA CRISTINA

Altera a Lei n.º 12.350, de 20 de dezembro de 2010, para ampliar o regime de suspensão da incidência da Contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins sobre a venda no mercado interno de aves e reprodutores suínos.

RELATOR: DEPUTADO JERÔNIMO GOERGEN

**PL 5843/2016** – LUCIO MOSQUINI

Regulamenta o disposto no inciso II do art. 20 da Constituição Federal, que trata das terras devolutas da União, e dá outras providências.

RELATOR: DEPUTADO ROBERTO BALESTRA

**PL 5851/2016** – VALDIR COLATTO

Disciplina o aproveitamento de carcaças de animais de produção e resíduos animais no campo para fins não comestíveis.

RELATOR: DEPUTADO ALCEU MOREIRA

**PL 6380/2016** – JERÔNIMO GOERGEN

Reduz a zero as alíquotas da Contribuição para o PIS/PASEP e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS incidentes sobre a importação e a receita bruta de vendas no mercado interno de produtos destinados à alimentação bovina e bubalina, e dá outras providências

RELATOR: DEPUTADO EVAIR VIEIRA DE MELO

**PL 6411/2016 – NEWTON CARDOSO JR**

Acresce o § 6º ao art. 35 da Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012 e altera a descrição do Código 20 do anexo VIII da Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, acrescido pela Lei nº 10.165, de 27 de dezembro de 2000, para dispensar do licenciamento ambiental a atividade de silvicultura quando o plantio e a condução de espécies florestais nativas ou exóticas se der em áreas rurais consolidadas, ou em áreas que se encontrem degradadas em função de impacto antrópico a qualquer tempo, e desde que localizadas fora das Áreas de Preservação Permanente ou de Reserva Legal. Revogam-se, parcialmente, a Resolução Conama 1/86 e a Resolução Conama 237/97.

RELATOR: DEPUTADO LÁZARO BOTELHO

**PL 6420/2016 – ALCEU MOREIRA**

Institui o Programa de Qualidade na Produção, no Transporte e na Comercialização de Leite e dá outras providências.

RELATOR: DEPUTADO HEITOR SCHUCH

**PL 6466/2016 – MARINALDO ROSENDO**

Dispõe sobre a proibição de as instituições financeiras, que operam o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - Pronaf, condicionarem a concessão de financiamentos no âmbito do Programa, à prestação, pelo mutuário, de qualquer forma de reciprocidade em produtos ou serviços.

RELATOR: DEPUTADO ALCEU MOREIRA

# **MATÉRIAS AGUARDANDO RELATÓRIO FINAL**

## **PROPOSTA DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - PFC**

### **PFC 39/2015 – SERGIO SOUZA**

Propõe que a Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural adote as medidas necessárias para realização de fiscalização e controle, com o auxílio do Tribunal de Contas da União (TCU), para verificar, nos 10 últimos anos, se o volume de valores arrecadados com a cobrança da taxa Adicional de Frete para Renovação da Marinha Mercante-AFRMM a sua aplicação através do Fundo da Marinha Mercante-FMM, atendem o objetivo da legislação pertinente, face a falta da transparência de como os recursos são arrecadados e aplicados..

RELATOR: DEPUTADO MARCOS MONTES

### **PFC 50/2015 – IRAJÁ ABREU**

Propõe que a Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural - CAPADR, por intermédio do Banco Central do Brasil - BACEN, promova a fiscalização dos atos financeiros praticados pelo Banco do Estado da Amazônia - BASA, referente à remuneração cobrada dos proponentes nos financiamentos a título de taxa de avaliação das garantias oferecidas no financiamento; taxa de análise dos projetos de financiamento; taxa de análise para renegociação de financiamentos inadimplentes, comparado ao que preconiza a Resolução nº 4.288, de 22 de novembro de 2013, do Banco Central do Brasil - BACEN.

RELATOR: DEPUTADA TEREZA CRISTINA

**PFC 51/2015 – IRAJÁ ABREU**

Propõe que a Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural - CAPADR, por intermédio do Tribunal de Contas da União - TCU, promova a fiscalização e suspensão dos atos administrativos praticados pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário, MDA e Secretaria Extraordinária de Regularização Fundiária na Amazônia Legal - SERFAL - Programa Terra Legal, referentes aos processos: 56426.001965/2012-15; 56426.000019/2012-51; 56426.001964/2012-71; 56426.000028/2012-42; 56462.000011/2012-95; 56462.000010/2012-41.

RELATOR: DEPUTADO HEULER CRUVINEL.

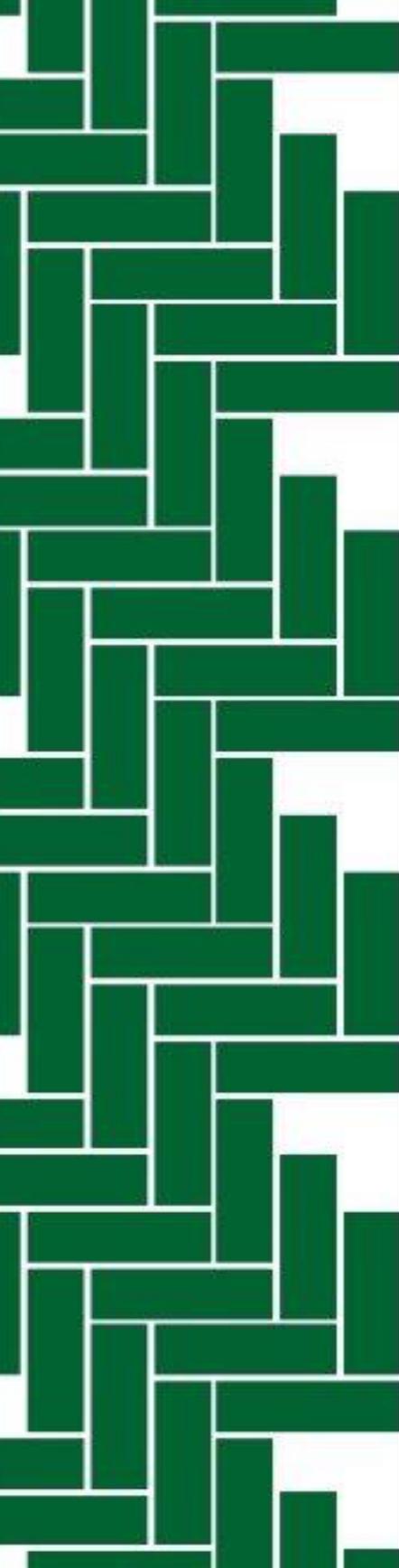
# **MATÉRIAS AGUARDANDO RELATÓRIO PRÉVIO**

## **PROPOSTA DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - PFC**

**PFC 90/2016 – VALDIR COLATTO**

Propõe que a Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural adote as medidas necessárias para que seja realizado ato de fiscalização e controle dos procedimentos administrativos e eventuais excessos e omissões por parte do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) e, por extensão, do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), no que diz respeito à identificação, delimitação e demarcação das terras destinadas à ampliação dos limites do Parque Nacional de São Joaquim, no Estado de Santa Catarina.

RELATOR: DEPUTADO ALCEU MOREIRA



# REQUERIMENTOS



*Foto: Lucio Bernardo Jr./ Câmara dos Deputados*

# REQUERIMENTOS

## APROVADOS E IMPLEMENTADOS

### **REQ 239/16** - Luis Carlos Heinze

"requer a realização de audiência pública para discutir o Plano Agrícola e Pecuário 2016/17".

Aprovado com a inclusão do Tema: "Plano safra da Agricultura Familiar", em 11/05/2016.

### **REQ 241/16** - Heitor Schuch

"requer a realização de audiência pública para debater a importância do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) na valorização da agricultura familiar".

Aprovado em 11/05/2016.

### **REQ 251/16** - Afonso Hamm

"requer a realização de Encontro desta Comissão, no município de Cachoeira do Sul, no Rio Grande do Sul, durante a 19ª Feira Nacional do Arroz (Fenarroz). O encontro é para debater sobre os prejuízos que os produtores de grãos do Rio Grande do Sul tiveram com o excesso de chuvas ocorridas no Estado".

Aprovado em 18/05/2016.

### **REQ 232/16** - Padre João

"requer seja realizada reunião de audiência pública para debater os processos de licenciamento, autorização e registro para a prática de aquicultura em águas da União".

Aprovado em 11/05/2016.

**REQ 227/16** - Alceu Moreira e outros

"requeiro, nos termos regimentais, que seja realizado encontro desta Comissão, no município de Bom Jesus/RS, em data a ser definida, para debater a regulamentação do queijo serrano e o Projeto de Lei de número 2.404, de 2015".

Aprovado com a inclusão de encontros nos estados do espírito santo e minas gerais em 11/05/2016.

**REQ220/16** -Alceu Moreira

"requeiro, nos termos regimentais, que seja realizada Audiência Pública nesta Comissão, em data a ser definida, para debater a posição do Brasil na COP 7, bem como a situação atual da cadeia produtiva do tabaco".

Aprovado em 11/05/2016.

**REQ231/16** - Davidson Magalhães

"requer a realização de mesa-redonda para discutir sobre a revitalização da CEPLAC e da Cacaucultura na Região Sul da Bahia".

Aprovado em 11/05/2016.

**REQ 252/16** - Sergio Souza

"requer a realização de Audiência Pública para debater sobre ratificação de registros imobiliários em faixa de fronteira".

Aprovado em 1º/06/2016.

**REQ 219/16** - Alceu Moreira e Luis Carlos Heinze

"requer a realização de audiência pública conjunta desta Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural (CAPADR) e da Comissão de Minas e Energia (CME), em data a ser definida, para tratar sobre o fim dos descontos na compra de energia concedidos às cooperativas de eletrificação rural".

Aprovado em 11/05/2016.

**REQ 221/16** - Alceu Moreira

"requer realização de reunião de audiência pública para discutir a liberação de Empréstimos do Governo Federal - EGF para as agroindústrias inspecionadas por Sistema de Inspeção Municipal - SIM".

Aprovado em 11/05/2016.

**REQ 228/16** - Alceu Moreira

"requer a realização de audiência pública, no âmbito desta Comissão, em data a ser definida, para debater as medidas a serem tomadas para combater o contrabando de cigarros".

Aprovado em 11/05/2016.

**REQ 236/16** - Heitor Schuch

"requer a realização de uma Audiência Pública com a participação de representantes do MD, MRE, AGU, CNA, CONTAG, OAB, CNBB, MST e ABRA".

Aprovado em 11/05/2016.

**REQ 240/16** - Luis Carlos Heinze

"requer a realização de audiência pública para discutir os efeitos da Resolução Bacen 4.483, de 3 de maio de 2016". Aprovado em 11/05/2016.

**REQ 223/16** - Alceu Moreira

"requeiro, nos termos regimentais, que seja realizado encontro desta Comissão, no município de Garibaldi/RS, em data a ser definida por esta Comissão, para debater a delimitação de APPs nas áreas urbanas e suas particularidades".

Aprovado em 11/05/2016.

**REQ 224/16** - Alceu Moreira

"requer a realização de mesa técnica e ou oficina técnica, no âmbito desta Comissão, em data a ser definida, para debater a possibilidade de aproveitamento de colostro para fins de alimentação humana".

Aprovado em 11/05/2016.

**REQ 249/16** - Professora Dorinha Seabra Rezende

"requer, nos termos do art. 255 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, a realização de audiência pública com a presença dos representantes do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - (MAPA), do Ministério da Fazenda - (MF), do Banco Central do Brasil (BACEN), do Banco do Brasil S.A. - (BB), da Caixa Econômica Federal - (CEF) e da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil - (CNA), para discutir os entraves na negociação de dívidas e o acesso ao crédito agrícola por parte dos produtores rurais".

Aprovado em 18/05/2016.

**REQ 258/16** - Afonso Hamm

"requer a realização de Seminários em algumas regiões do país para a discussão do Projeto de Lei nº 4.137/2015, que institui a Política Nacional da Erva-Mate".

Aprovado em 15/06/2016.

**REQ 282/16** - Jerônimo Goergen, Dilceu Sperafico e Evair Vieira de Melo

"requer a realização de Audiência Pública, na Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural, para tratar sobre a crise na suinocultura brasileira".

Aprovado com a inclusão de representante da associação brasileira de proteína animal (ABPA) em 13/09/2016.

**REQ 292/16** - Sergio Souza

"requer a realização de Fórum Técnico, no dia 6 de outubro, para discutir o Projeto de Lei nº4.137, de 2015, que institui a Política Nacional da Erva-Mate, no dia 06 de outubro, em Curitiba PR durante a Realização do Seminário Internacional da Erva Mate".

Aprovado em 5/10/2016.

**REQ 308/16** - Lázaro Botelho

"requer realização de reunião com delegação composta de parlamentares, membros do governo e empresários d área agrícola da Ucrânia".

Aprovado em 09/11/16.

**REQ 275/16** - Alceu Moreira e Tereza Cristina

"requer a realização de audiência pública, no âmbito desta Comissão, em data a ser definida, para debater sobre a regulamentação do trabalho de diarista rural e o projeto de lei 7242/2014".

Aprovado em 13/09/2016.

**REQ 290/16** - Zé Carlos

"requer a inclusão de representante da CONTAG - Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura no rol dos debatedores da Audiência Pública que será realizada nesta Comissão e que foi solicitada por meio do Requerimento nº 275 para debater sobre a regulamentação do trabalho de diarista e sobre o PL 7.242/2014".

Aprovado em 13/09/2016.

**REQ 294/16** - Zé Carlos

“requer a inclusão de representante da CONAFER - Confederação Nacional dos Agricultores Familiares e Empreendedores Familiares Rurais no rol dos debatedores da Audiência Pública que será realizada nesta Comissão e que foi solicitada por meio do Requerimento nº 275 para debater sobre a regulamentação do trabalho de diarista e sobre o PL 7.242/2014.”

Aprovado em 5/10/2016.

**REQ 302/16** - Zé Carlos

"requer a inclusão de representante da CONTRAF - BRASIL/CUT Confederação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar no rol dos debatedores da Audiência Pública que será realizada nesta Comissão e que foi solicitada por meio do Requerimento nº 275 para debater sobre a regulamentação do trabalho de diarista e sobre o PL 7.242/2014”.

Aprovado em 09/11/16

**REQ 305/16** - Alceu Moreira

"requer a inclusão do Ministério Público do Trabalho ao Requerimento 275/2016, aprovado nesta Comissão"

Aprovado em 09/11/16.

**REQ 307/16** - Alceu Moreira

"requer a inclusão da Confederação da Agricultura e Pecuária - CNA ao Requerimento 275/2016, aprovado nesta Comissão".

Aprovado em 09/11/16.

**REQ 309/16** - João Daniel

“requer realização de Seminário, no dia 19 de novembro corrente no Município de Porto da Folha/SE, sobre a Regulamentação da LEI Nº 13.295, DE 14 DE JUNHO DE 2016 que trata da liquidação da dívida dos pequenos agricultores, junto aos bancos oficiais. Para compor a Mesa devem ser convidados os representantes do BNB, BB, da Empresa de Desenvolvimento Agrário do Estado de Sergipe - EMDAGRO, da Federação das Associações Comunitárias dos Produtores Rurais de Porto da Folha - FEACOM e do Movimento dos Pequenos Agricultores - MPA, com a participação economista Gerson Teixeira, especialista nas questões agrárias e agrícolas e Presidente da Associação Brasileira de Reforma Agrária - ABRA, para, no Município de Porto da Folha, promover discussão a respeito dos encaminhamentos necessários às negociações.”

Aprovado em 09/11/16.

**REQ 276/16** - Alceu Moreira e Tereza Cristina

"requer a realização de encontro desta Comissão no Município de Mampituba/RS, em data a ser definida, para debater sobre o zoneamento para cultura do Maracujá, na região litorânea do Rio Grande do Sul e Santa Catarina".

Aprovado em 13/09/2016.

**REQ 226/16** - Alceu Moreira

"requer a realização de Audiência Pública para debater a importância da cadeia produtiva do arroz".

Aprovado em 11/05/2016.

**REQ 303/16** - Alceu Moreira

"requer a realização de Audiência Pública para debater a utilização da farinha do arroz e seus derivados"

Aprovado em 09/11/16.

**REQ 285/16** - Sergio Souza

"requer a realização de Audiência Pública para debater o Acórdão nº. 1.717/2016 do Tribunal de Contas da União sobre o Adicional de Frete da Marinha Mercante e Fundo da Marinha Mercante elaborado em resposta PFC-39/2015 aprovada por essa Comissão".

Aprovado em 13/09/2016.

**REQ 317/16** - João Daniel

"requer a realização de seminário para discutir "A Questão Agrária Brasileira nos últimos 25 anos", em comemoração aos 25 do Núcleo Agrário do PT na Câmara dos Deputados, a ser realizado em 07 de dezembro do corrente ano, no Auditório Freitas Nobre".

Aprovado em 23/11/2016.

**REQ 245/16** - Afonso Hamm

"requer que seja convidado para Audiência Pública o Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Blairo Borges Maggi".

Aprovado em 18/05/2016.

**REQ 271/16** - Evair de Melo

"requer a realização de Seminário, em conjunto com a Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - CMADS, sobre o tema: "Novos métodos para a exploração do Sistema Agroflorestal Sucessionais: Produção e Recuperação - Nova agenda - Oportunidades e Desafios"".

Aprovado em 13/09/2016.

**REQ 263/16** - Sergio Souza

"solicita informações ao Sr. Ministro da Casa Civil Eliseu Padilha sobre situação de imóveis rurais, em faixa de fronteiras objeto da Lei 13.178/2015 sobre procedimentos e número de imóveis, acompanhados pelo INCRA".

Aprovado em 15/06/2016.

**REQ 293/16** - Alceu Moreira

"requer a designação de parlamentar, especialmente da Comissão de Agricultura, Pecuária e Abastecimento e Desenvolvimento Rural da Câmara dos Deputados, para participar da Conferência das Partes da Convenção-Quadro para Controle do Tabaco da Organização Mundial da Saúde, a acontecer entre os dias 07 e 12 de novembro de 2016 em Nova Délhi, República da Índia".

Aprovado em 5/10/2016.

**REQ 315/16** - João Daniel

"requer aprovação de Indicação nesta Comissão direcionada ao Ministro de Estado da Agricultura para a disponibilização, com a máxima urgência, de milho a preço mínimo para o Alto Sertão Sergipano".

Aprovado em 23/11/2016. Indicação N° 2858/2016

**REQ 320/16** - LÁZARO BOTELHO

"requer seja aprovada a produção do Relatório Anual da Comissão de Agricultura".

Aprovado em 7/12/2016.

## **APROVADOS, MAS NÃO IMPLEMENTADOS**

**REQ 225/16** - Luis Carlos Heinze e outros

"requer realização de audiência pública para debater os prejuízos dos produtores rurais em decorrência dos fenômenos climáticos".

Aprovado em 11/05/2016.

**REQ 229/16** - Carlos Henrique Gaguim

"requer, nos termos do art. 255 do regimento interno, realização de audiência pública para discutir com o presidente do banco da amazônia para debater sobre a tarifa de estudo, análise, operação, projeto e fomento e sobre a tarifa de avaliação de garantia"

Aprovado em 11/05/2016.

**REQ 230/16** - Davidson Magalhães

"requer a realização de Audiência Pública para discutir sobre a revitalização da CEPLAC e da Cacaucultura na Região Sul da Bahia".

Aprovado em 11/05/2016.

**REQ 234/16** - Jerônimo Goergen

"requer a realização de Audiência Pública, na Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural, para tratar sobre o Cadastro Ambiental Rural-CAR".

Aprovado em 11/05/2016.

**REQ 235/16** - Afonso Hamm

"requer a realização de Audiência Pública para debater sobre os prejuízos que os produtores da Metade Sul do Rio Grande do Sul: regiões da campanha gaúcha, zona sul e fronteira oeste, tiveram com às constantes chuvas ocorridas no Estado e também sobre a situação das estradas que estão sem condições de trafegabilidade".

Aprovado em 11/05/2016.

**REQ 250/16** - Afonso Hamm

"requer a inclusão de convidados para audiência pública aprovada pelo Requerimento 235/2016 - CAPADR".

Aprovado em 18/05/2016.

**REQ 237/16** - Heitor Schuch

"solicita a realização de audiência para tratar do tema: "Decreto de Lei Nº 8.552 de 03 de novembro de 2015" da Agencia Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa)".

Aprovado em 11/05/2016.

**REQ 238/16** - João Daniel

"requer a realização de audiência pública conjunta com a Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, para debater as propostas que tramitam na Câmara com relação a alterações na legislação que regula a produção, a comercialização e uso de agrotóxico, inclusive com relação a troca de denominação do dos produtos destinados ao combate as pragas na agricultura".

Aprovado em 11/05/2016.

**REQ 243/16** - Davidson Magalhães

"Requer a realização de Audiência Pública Para discutir o endividamento da cadeia da lavoura cacaueteira no Brasil".

Aprovado em 18/05/2016.

**REQ 246/16** - Heitor Schuch

"solicita a realização de audiência para tratar do tema: "Incentivo à produção de alimentos orgânicos no Brasil".

Aprovado em 18/05/2016.

**REQ 253/16** - Davidson Magalhães

"requer a realização de Audiência Pública para discutir a realidade da agricultura familiar no Brasil e os impactos a serem causados pela extinção do Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA".

Aprovado em 1º/06/2016. Subscreveu o requerimento os Deputados Zé Carlos e Evair de Melo; e incluído convite à Fetaema/MA e Fetrafe/MA.

**REQ 254/16** - João Daniel

"requer realização de audiência pública para debater a execução do Programa de Venda de Milho em Balcão da Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB, em todo o país, com especial atenção à Região Nordeste".

Aprovado em 1º/06/2016.

**REQ 255/16** - Luis Carlos Heinze

"requer realização de audiência pública para debater a decisão do Superior Tribunal de Justiça - STJ - referente a devolução de juros cobrados a mais durante o Plano Collor".

Aprovado em 1º/06/2016.

**REQ 256/16** - Luis Carlos Heinze

"requer realização de audiência pública para debater a aplicabilidade do Manual de Crédito Rural - MCR - especificamente o item 2.6.9, que dispõe sobre o alongamento compulsório de financiamentos rurais em casos de incapacidade de pagamento do mutuário".

Aprovado em 1º/06/2016.

**REQ 257/16** - Bohn Gass

"requer realização de audiência pública para debater a execução do Programa de Aquisição de Alimentos - PAA".

Aprovado em 1º/06/2016. Subscreveu o requerimento o Deputado Evair de Mello e incluído convite à OCB.

**REQ 259/16** - Afonso Hamm

"requer a realização de Encontro no Rio Grande do Sul para tratar da atual situação do mormo no Brasil e buscar alternativas para amenizar a situação".

Aprovado em 15/06/2016.

**REQ 260/16** - João Daniel

"requer realização de audiência pública para debater sobre a decisão cautelar do TCU que paralisou várias atividades do programa de reforma agrária do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - Incra".

Aprovado em 15/06/2016.

**REQ 264/16** - Afonso Hamm

"requer a realização de Audiência Pública em Brasília para discutir o Projeto de Lei nº 4137/2015, que institui a Política Nacional da Erva-Mate".

Aprovado em 15/06/2016.

**REQ 261/16** - Nelson Marquezelli

"requer a realização de audiência pública conjunta desta Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural (CAPADR) e da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público (CTASP), em data a ser definida, para tratar sobre o Requerimento 119/2016 da CTASP".

Aprovado em 15/06/2016.

**REQ 265/16** - Nelson Marquezelli

"requer a inclusão da Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural (CAPADR) no rol de comissões que realizarão a audiência pública proposta pelo Requerimento Nº 119/2016, de autoria da Deputada Erika Kokay, na Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público (CTASP)".

Aprovado em 15/06/2016.

**REQ 267/16** - João Daniel

"requeiro a Vossa Excelência, com base nos artigos 255 e 256 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, a realização do seminário "A mudança na lei dos cultivares e suas consequências para os agricultores familiares no Brasil", a ser realizado em Sergipe, na primeira semana de julho de 2016".

Aprovado em 15/06/2016.

**REQ 269/16** - Tereza Cristina

"requer que seja incluído convidado na Audiência Pública para debater a execução do Programa de Venda de Milho em Balcão da Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB".

Aprovado em 13/09/2016.

**REQ 272/16** – Tereza Cristina

"requer realização de audiência pública no âmbito da Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural (CAPADR) para debater a Portaria nº 52, de 16 de junho de 2016, do Ministério de Agricultura Pecuária e Abastecimento, referente à divulgação dos resultados do Programa Nacional de Controle de Resíduos e Contaminantes (PNCRC) das culturas agrícolas especificadas".

Aprovado em 13/09/2016.

**REQ 273/16** - João Daniel

"requeiro a Vossa Excelência, com base nos artigos 255 e 256 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, a realização do Audiência Pública para debater "A seca na região Sul do Estado do Espírito Santo".

Aprovado em 13/09/2016.

**REQ 277/16** - Nilson Leitão e Raimundo Gomes de Matos

"requer seja realizada reunião de Mesa Redonda no Estado de Mato Grosso, para a promoção de debates com autoridades competentes acerca da ratificação de registros imobiliários em faixa de fronteira".

Aprovado em 13/09/2016.

**REQ 278/16** - Onyx Lorenzoni

"solicita realização de Audiência Pública para debater a situação dos produtores de Vinho Colonial e as medidas para viabilizar a sua produção e comercialização no contexto produtivo da agricultura familiar".

Aprovado em 13/09/2016.

**REQ 279/16** - Onyx Lorenzoni

“solicita convite a órgãos, entidades e representantes setoriais para participar de Audiência Pública para debater a situação dos produtores de Vinho Colonial e as medidas para viabilizar a sua produção e comercialização no contexto produtivo da agricultura familiar”.

Aprovado em 13/09/2016.

**REQ 281/16** - Tereza Cristina e Luiz Nishimori

"requer que seja realizada, no âmbito dessa Comissão, Audiência Pública para debater o Registro de Defensivos Agrícolas destinados à Exportação".

Aprovado em 13/09/2016.

**REQ 283/16** - João Daniel

"requer a realização de Seminário, a ser realizado no Estado de Sergipe, na primeira quinzena de agosto do corrente, para discussão da Portaria N° 240 de outubro de 2015, do Ministério da Integração Nacional, e de suas consequências na vida dos camponeses e camponesas ali instalados".

Aprovado em 13/09/2016.

**REQ 287/16** - Evair Vieira de Melo

"audiência publica para discutir a crise hídrica no Estado do Espírito Santo".

Aprovado em 13/09/2016.

**REQ 288/16** - Domingos Sávio

"requer realização de audiência pública conjunta com a Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural (CAPADR) e a Comissão de Minas e Energia (CME) para debater e estabelecer mecanismos que garantam o cumprimento do Art. 62 do Código Florestal que estabelece o limite para as áreas inundadas e represas em Áreas de Preservação Permanente - APPs já construídas que não possuíam licença ambiental, especialmente com relação aos conflitos de interpretação da lei relacionado às margens do Lago de Furnas".

Aprovado em 13/09/2016.

**REQ 289/16** - Onyx Lorenzoni

"solicita a realização de Audiência Pública para discutir alternativas e soluções para o controle e erradicação da fauna silvestre exótica, em especial o javali e o javaporco, seus reflexos no setor produtivo e ecossistema das regiões atingidas".

Aprovado em 13/09/2016.

**REQ 291/16** - João Daniel

"solicita a realização de Audiência Pública para discutir a Projeto de Lei do Orçamento Anual para 2017".

Aprovado em 13/09/2016.

**REQ 295/16** - João Daniel

“requerimento para realização de Audiência Pública para discussão dos efeitos da PEC Nº 241/2016 que pretende limitar, aos níveis da inflação, a expansão dos gastos primários dos orçamentos “Fiscal e da Seguridade Social” da União, no que se referem as questões agrária e agrícola, convidando o Ministro da Casa Civil da Presidência da República e o Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, para que sejam analisados os prejuízos que esta medida trará para as atividade agropecuária brasileira”.

Aprovado em 5/10/2016.

**REQ 297/16** - Valdir Colatto

"requeiro que seja realizada audiência pública no âmbito da Comissão de Agricultura, Pecuária e Desenvolvimento Rural da Câmara dos Deputados para debater o prejuízo no setor de hortifrutigranjeiro, com a liquidação da Nobre Seguradora do Brasil S.A, pelo Conselho Diretor da Superintendência de Seguros Privados".

Aprovado em 09/11/16.

**REQ 298/16** - Hélio Leite

"requeiro, nos termos regimentais, que seja realizada Audiência Pública nesta Comissão, em data a ser definida, para discutir a liberação do porto de Vila do Conde, em Barcarena no Estado do Pará".

Aprovado em 09/11/16, com ratificação para o termo convite.

**REQ 299/16** - Valdir Colatto

“requeiro que seja realizada audiência pública no âmbito da Comissão de Agricultura, Pecuária e Desenvolvimento Rural da Câmara dos Deputados para debater à aplicação das Resoluções nº 80/2013 e 13/2016, da CAMEX, que dispõe sobre o direito de antidumping, incidente sobre a importação de alho, oriundo da República Popular da China”.

Aprovado em 09/11/16.

**REQ 300/16** - Marcos Montes

“requer que seja realizada Audiência Pública na CAPADR, para discutir a situação das Vaquejadas”.

APROVADO em 09/11/16.

**REQ 301/16** - João Daniel

"requer realização de audiência pública para debater o quadro atual e as tendências do abastecimento dos alimentos que integram a dieta básica dos brasileiros".

Aprovado em 09/11/16.

**REQ 304/16** - Celso Maldaner

"requer a realização de audiência pública para debater e discutir sobre a importação do Leite no Brasil"

APROVADO EM 09/11/16, com subscrição do Deputado Assis do Couto e inclusão da Organização das Cooperativas Brasileiras/OCB.

Aprovado em 09/11/16.

**REQ 306/16** - Alceu Moreira

"requer a realização de Audiência Pública para debater o Projeto de Lei nº. 6420/2016 que "Institui o Programa de Qualidade na Produção, no Transporte e na Comercialização de Leite e dá outras providências".

Aprovado em 09/11/16.

**REQ 310/16** - Professora Dorinha Seabra Rezende

“Requer, nos termos do art. 255 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, a realização de audiência pública com a presença dos representantes do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - (MAPA), do Ministério da Fazenda - (MF), do Ministério da Integração Nacional - (MI), do Banco Central do Brasil - (BACEN), do Banco do Brasil S.A. - (BB), da Caixa Econômica Federal - (CEF), do Banco da Amazônia (BASA), do Banco do Nordeste - (BNB), do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social - (BNDES) e da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil - (CNA), para discutir os efeitos da Resolução do Conselho Monetário Nacional nº 4.519/16.

Aprovado em 09/11/16.

**REQ 311/16** - Marcon

"requer seja submetido à deliberação do Plenário desta Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural o pedido ora formulado da CONVOCAÇÃO do Sr. Henrique Meirelles, Ministro da Fazenda, para explicar os motivos para o fechamento de mais de 400 agências do Banco do Brasil".

Aprovado com alteração do termo "convocação" para "convite" em 23/11/2016.

(\*) reunião da comissão, na sala de reuniões do colegiado, para tratar do tema do referido requerimento para explicar os motivos para o fechamento de mais de 400 agências do Banco do Brasil. REALIZADA NO DIA 29/11/2016

Participaram da Reunião pelo BB os seguintes Diretores:

- Carlos Aberto Araujo Netto - Estratégia e Organização
- Guilherme Andre Frantz - Gestão de Canais
- Wagner Aparecido Mardegan - Eficiência Operacional
- Fernando Conde Medeiros – Gerente Executivo de Relações Institucionais
- Álvaro Schwertz Tosetto - Gerente Executivo da Diretoria de Agronegócios do BB.

**REQ 312/16 - César Halum**

“requer a realização de Audiência Pública para debater os valores estabelecidos pelo INCRA para a obtenção dos títulos de domínio das terras da Amazônia Legal”.

Aprovado em 23/11/2016.

**REQ 313/16 - João Daniel**

"requer realização de Seminário, no dia 20 de janeiro de 2017, no Município de Boquim/SE, sobre a Regulamentação da LEI Nº 13.340/2016 que "Autoriza a liquidação e a renegociação de dívidas de crédito rural" Para compor a Mesa devem ser convidados os representantes do BNB, BB, da Empresa de Desenvolvimento Agrário do Estado de Sergipe - EMDAGRO, do Movimento dos Pequenos Agricultores - MPA, da Prefeitura Municipal e do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Boquim".

Aprovado em 23/11/2016.

**REQ 314/16 - JOÃO DANIEL**

"requer realização de Seminário, no dia 16 de dezembro corrente no Município de Canindé de São Francisco/SE, para discutir a situação do Canal Xingó, no Alto Sertão de Sergipe".

Aprovado em 23/11/2016.

**REQ 319/16 - DUARTE NOGUEIRA E RAIMUNDO GOMES DE MATOS**

"requer seja realizado encontro desta Comissão, no município de Ribeirão Preto, durante a Agrishow 2017".

Aprovado em 7/12/2016.

**REQ 323/16 - LUIS CARLOS HEINZE E OUTROS**

"requer a convocação do senhor José Sarney Filho, ministro de Estado do Meio Ambiente, para prestar esclarecimentos a esta Comissão sobre o vazamento de dados sigilosos inseridos no Cadastro Ambiental Rural - CAR".

Aprovado com alteração do termo "convocação" para "convite" em 7/12/2016.

# AUDIÊNCIAS PÚBLICAS



## **“Discutir o Plano Agrícola e Pecuário 2016/2017 e o Plano Safra da Agricultura Familiar 2016/2017.”**

**19 de maio**

Convidados:

MARCELO CABRAL - Secretário de Política Agrícola (substituto) do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA;

BRUNO BARCELOS LUCCHI - Superintendente Técnico da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil - CNA; (apresentação.pdf)

PAULO CÉSAR DIAS DO NASCIMENTO JUNIOR - Coordenador do Ramo Agropecuário da Organização das Cooperativas Brasileiras - OCB;

HENRIQUE OSÓRIO DORNELLES - Presidente da Federação das Associações de Arrozeiros do Rio Grande do Sul - Federarroz/RS; (apresentação.pdf)

LUCIANO RODRIGUES – Gerente de Economia e Análise Setorial da União da Indústria da Cana-de-Açúcar - Única;

FABRÍCIO ROSA - Diretor Executivo da Associação dos Produtores de Soja - Aprosoja.

Autor do requerimento N° 239/2016: Deputado Luis Carlos Heinze - PP/RS

## **“Debater a importância do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) na valorização da agricultura familiar.”**

**24 de maio**

Convidados:

CAIO ROCHA - Assessor do Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário; (apresentação.pdf)

TARCÍSIO MINETTO - Secretário de Desenvolvimento Rural e Cooperativismo (SDR) do Estado do Rio Grande do Sul;

ALBERTO ERCÍLIO BROCH - Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG);

ELIZÂNGELA DOS SANTOS ARAÚJO - Direção Nacional da Federação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar (FETRAF);

LÚCIO TAVEIRA VALADÃO - Diretor Executivo da Associação Brasileira das Entidades Estaduais de Assistência Técnica e Extensão Rural (ASBRAER). (apresentação.pdf)

Autor do Requerimento nº 241/2016: Deputado Heitor Schuch (PSB/RS)

## **“Debater os processos de licenciamento, autorização e registro para a prática de aquicultura em águas da União”.**

**31 de maio**

Convidados:

JOÃO CRESCÊNCIO - Diretor Interino do Departamento de Planejamento e Ordenamento da Aquicultura DPOA/SAP - MAPA ; (apresentação.pdf)

LUCIANO MENEZES CARDOSO DA SILVA - Coordenador de Outorga da Superintendência de Regulação da Agência Nacional de Águas - ANA; (apresentação.pdf)

Capitão de Mar e Guerra MARCOS DOS SANTOS GARCIA DA FONSECA - Diretoria de Portos e Costas; (apresentação.pdf)

FRANCISCO MEDEIROS - Secretário Executivo da Associação Brasileira da Piscicultura - Peixe BR; (apresentação.pdf)

JOÃO CARLOS DE PETRIBU DE CARLI FILHO - Assessor Técnico da Comissão Nacional de Meio Ambiente da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil - CNA;

JOÃO PESSOA RIOGRANDENSE - Coordenador Geral de Autorização de Uso e Gestão de Fauna e Recursos Pesqueiros/CGFAP - IBAMA ; (apresentação.pdf)

Autor do Requerimento nº 232/2016, Deputado PADRE JOÃO

## **“Debater os processos de licenciamento, autorização e registro para a prática de aquicultura em águas da União”.**

**31 de maio**

Convidados:

JOÃO CRESCÊNCIO - Diretor Interino do Departamento de Planejamento e Ordenamento da Aquicultura DPOA/SAP - MAPA ; (apresentação.pdf)

LUCIANO MENEZES CARDOSO DA SILVA - Coordenador de Outorga da Superintendência de Regulação da Agência Nacional de Águas - ANA; (apresentação.pdf)

Capitão de Mar e Guerra MARCOS DOS SANTOS GARCIA DA FONSECA - Diretoria de Portos e Costas; (apresentação.pdf)

FRANCISCO MEDEIROS - Secretário Executivo da Associação Brasileira da Piscicultura - Peixe BR; (apresentação.pdf)

JOÃO CARLOS DE PETRIBU DE CARLI FILHO - Assessor Técnico da Comissão Nacional de Meio Ambiente da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil - CNA;

JOÃO PESSOA RIOGRANDENSE - Coordenador Geral de Autorização de Uso e Gestão de Fauna e Recursos Pesqueiros/CGFAP - IBAMA ; (apresentação.pdf)

Autor do Requerimento nº 232/2016, Deputado PADRE JOÃO

## **“Debate sobre a posição do Brasil na COP 7 e a situação atual na cadeia produtiva do tabaco”.**

**14 de junho**

Convidados:

TÂNIA MARIA CAVALCANTE - Secretária-Executiva da Comissão Nacional para a implementação da Convenção Quadro para o Controle do Tabaco (CONICQ)/INCA/MS; (apresentação.pdf)

SÁVIO RAFAEL PEREIRA - Coordenador da Secretaria de Política Agrícola do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - SPA/MAPA; (apresentação.pdf)

HUR BEN CORREIA - representante da Secretaria Especial de Agricultura Familiar e Desenvolvimento Agrário do Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário - SEAFDA/MDS; (apresentação.pdf)

AIRTON ARTUS - Prefeito de Venâncio Aires/RS e Presidente da Câmara da Cadeia Produtiva de Tabaco - MAPA;

ROMEU SCHNEIDER - Secretário da Associação dos Fumicultores do Brasil - Afubra; (apresentação.pdf)

CARLOS GALANT - Presidente da Associação Brasileira da Indústria do Fumo - Abifumo; (apresentação.pdf) e

IRO SCHÜNKE - Presidente do Sindicato Interestadual da Indústria do Tabaco - Sinditabaco.

Autor do requerimento nº 220/2016: Deputado Alceu Moreira - PMDB/RS.

## **“Debate sobre a ratificação de registros imobiliários em faixa de fronteira”.**

**05 de julho**

Convidados:

RUDY FERRAZ- Advogado da Frente Parlamentar Mista da Agropecuária - FPA;

DIVANIR MARCELO DE PIERI - Assessor Jurídico da Associação dos Notários e Registradores do Brasil - Anoreg-BR;

Profa ROSÂNGELA POLONI - Registradora de Imóveis em Porto Espiridião/MT, Representando o Instituto de Registro Imobiliário do Brasil - IRIB; (apresentação .pdf)

CIRO FERNANDO ASSIS SIQUEIRA - Coordenador de Assuntos Estratégicos da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil - CNA; e

JUNIOR DIVINO FIDÉLIS - Procurador Federal representando o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA; (apresentação.pdf)

Autor do requerimento nº 252/2016: Deputado Sérgio Souza - PMDB/PR.

**“Fim dos descontos na compra de energia concedidos às cooperativas de eletrificação rural, em atendimento aos Requerimentos nº 114/2016 - CME e nº 219/2016 - CAPADR, de autoria dos deputados Edinho Bez e Alceu Moreira, respectivamente.”**

**05 de julho**

Convidados:

Sr. Robésio Maciel de Sena, Representante do Ministério de Minas e Energia;

Sr. Davi Antunes Lima, Representante da Agência Nacional de Energia Elétrica - Aneel;

Sr. Marco Olívio Morato, Analista Técnico e Econômico da Organização das Cooperativas Brasileiras - OCB;

Sr. Jânio Vital Stefanello, Presidente da Federação das Cooperativas de Energia, Telefonia e Desenvolvimento Rural do Rio Grande do Sul - Fecoergs;

Sr. Nilso Pedro Pereira, Presidente da Federação das Cooperativas de Energia do Estado de Santa Catarina - Fecoerusc; e

Sr. Nélio Antonio Leite, Presidente da Federação das Cooperativas de Eletrificação Rural do Estado de São Paulo - Fecoeresp.

**“Discutir a liberação de Empréstimos do Governo Federal - EGF - para as agroindústrias inspecionadas por Sistema de Inspeção Municipal - SIM.”**

**07 de julho**

Convidados:

ANTONIO LUIZ MACHADO DE MORAES - Chefe de Divisão da CGCR/DCEE - da Secretaria de Política Agrícola do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA;

CAIO TIBÉRIO DORNELES DA ROCHA - Secretário de Segurança Alimentar e Nutricional / SESAN do Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário - MDS;

PAULO MORCELI - Técnico de Planejamento da Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB;

OSMAR REDIN - Representante do Instituto Gaúcho do Leite - IGL. (apresentação.pdf)

Autor do Requerimento nº 221/2016: Deputado Alceu Moreira - PMDB/RS

## **“Debater as medidas a serem tomadas para combater o contrabando de cigarros”.**

**12 de julho**

Convidados:

CARLOS GALANT - Presidente da Associação Brasileira da Indústria do Fumo - ABIFUMO; (apresentação.pdf)

FERNANDO BONFIGLIO - Diretor-Executivo do Instituto Brasileiro de Ética Concorrencial - ETCO; (apresentação.pdf)

EDSON VISMONA - Presidente do Fórum Nacional Contra a Pirataria - FNCP; (apresentação.pdf)

LUCIANO BARROS - Presidente do Instituto de Desenvolvimento Econômico e Social de Fronteiras - IDESF; (apresentação.pdf)

JOSÉ AUGUSTO CAMPOS VERSIANI - Delegado de Polícia Federal da Divisão de Repressão aos Crimes Fazendários - CGPFAZ/DPF; (apresentação.pdf)

VINICIUS PEDRO PELIZER - Inspetor da Polícia Rodoviária Federal; (apresentação.pdf)

BENÍCIO ALBANO WERNER - Presidente da Associação dos Fumicultores do Brasil - AFUBRA;

RONALDO LÁZARO MEDINA - Subsecretário de Aduana e Relações Internacionais da Secretaria da Receita Federal do Brasil; (apresentação.pdf)

Autor do Requerimento nº 228/16: Deputado Alceu Moreira PMDB/RS

## **“Discutir o PL 4059/2012”.**

**14 de julho**

Convidados:

PAULO CÉZAR GARCIA BRANDÃO - Assessor de Assuntos Setoriais da Subchefia de Inteligência Estratégica, do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas do Ministério da Defesa - EMCFA/MD; (apresentação. pdf)

Ministro NORBERTO MORETTI - Diretor do Departamento de Assuntos Financeiros e Serviços do Ministério das Relações Exteriores - MRE;

Dr. JOAQUIM MODESTO PINTO JÚNIOR - Advogado da União, representando a Advocacia Geral da União - AGU;

WILFRIDO AUGUSTO MARQUES - Presidente da Comissão de Relações Internacionais da OAB/DF;

GUILHERME DELGADO - Diretor da Associação Brasileira da Reforma Agrária - Abra, representando também a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil - CNBB.

ELIAS D'ANGELO BORGES - Secretário de Assalariados Rurais da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura - Contag;

Autor do Requerimento nº 236/16: Deputado Heitor Schuch - PSB/RS

## **“Discutir os efeitos da Resolução Bacen 4.483, de 3 de maio de 2016”.**

**14 de julho**

Convidados:

JOSÉ RICARDO RAMOS ROSENO - Secretário Especial de Agricultura Familiar e Desenvolvimento Agrário, da Secretaria Especial de Agricultura Familiar e Desenvolvimento Agrário - SEAFDA; (apresentação.pdf)

WILSON VAZ DE ARAÚJO, Diretor do Departamento de Crédito e Estudos Econômicos, da Secretaria de Política Agrícola do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - SPA/MAPA;

MARCO ANTONIO DORNELLES - Vice-Presidente da Associação dos Fumicultores do Brasil/Afubra; (apresentação.pdf)

MESAQUE KECOT VERES - Presidente do Sindicato Rural de Irati/PR, representando a Federação da Agricultura do Estado do Paraná/Faep e a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil/CNA;

CARLOS GALANT - Diretor Executivo da Associação Brasileira da Indústria do Fumo/Abifumo;

ANTONINHO ROVARIS - Secretário de Meio Ambiente da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura/Contag;

CARLOS JOEL DA SILVA - Presidente da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Rio Grande do Sul/Fetag.

Autor do Requerimento nº 240/16: Deputado Luis Carlos Heinze PP/RS

## **“Debate sobre a possibilidade de aproveitamento de colostro para fins de alimentação humana.”**

**23 de agosto**

Convidados:

JOSÉ LUIS VARGAS RAVAGNANI - Diretor do Departamento de Inspeção de Produtos de Origem Animal da Secretaria de Defesa Agropecuária - DIPOA/SDA - MAPA;

CLAIR TOMÉ KUHN - Presidente da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural - EMATER/RS;

THALITA ANTONY DE SOUZA LIMA - Gerente-Geral de Alimentos da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA; (Apresentação.pdf)

Dra MARA HELENA SAALFELD - Médica Veterinária da EMATER/RS;(Apresetação.pdf)

THIAGO FRANCISCO RODRIGUES - Assessor Técnico da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil - CNA, representando a Câmara Setorial da Cadeia Produtiva do Leite e Derivados.

Autor do Requerimento nº 224/2016: Deputado Alceu Moreira (PMDB/RS)

**“Discutir os entraves na negociação de dívidas e o acesso ao crédito agrícola por parte dos produtores rurais.”**

**30 de agosto**

Convidados:

WILSON VAZ DE ARAÚJO - Diretor do Departamento de Crédito e Estudos Econômicos da Secretaria de Política Agrícola - SPA/MAPA;

ÁLVARO SCHWERZ TOSETTO - Executivo da Diretoria de Agronegócios do Banco do Brasil S.A; (Apresentação.pdf)

CARMINHA MARIA MISSIO - Presidente do Sindicato dos Produtores Rurais de Luís Eduardo Magalhães, representando a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil - CNA; (Apresentação.pdf)

RICARDO RIOS ARAUJO, Gerente Nacional da área de Padrões e Operações, da Superintendência Nacional de Agronegócio da Caixa Econômica Federal - GEPOP/SUAGR/CEF.

Autora do Requerimento nº 249/16: Deputada Professora Dorinha Seabra Rezende

## **“Tratar sobre a crise na suinocultura brasileira”.**

**4 de outubro**

Convidados:

WILSON VAZ DE ARAÚJO, Diretor do Departamento de Crédito e Estudos Econômicos da Secretaria de Política Agrícola do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; (apresentação.pdf)

LUCAS MATIAS, Chefe de Divisão da Coordenação de Políticas Agrárias da Secretaria de Política Econômica do Ministério da Fazenda - SPE/MF;

VICTOR MIGUEL AYRES, Assessor Técnico da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil - CNA; (apresentação.pdf)

MARCELO LOPES, Presidente da Associação Brasileira dos Criadores de Suínos - ABCS; (apresentação.pdf) e

FRANCISCO TURRA, Presidente da Associação Brasileira de Proteína Animal - ABPA. (apresentação.pdf)

Autores do Requerimento nº 282/16: Deputado Jerônimo Goergen, Deputado Dilceu Sperafico, Deputado Jorginho Mello e Deputado Evair Vieira de Melo.

## **“Debate sobre a regulamentação do trabalho de diarista rural e o projeto de lei nº 7.242, de 2014”.**

**10 de novembro**

Convidados:

MARIAALVES DOS SANTOS, Coordenadora Geral de Legislação e Norma - Substituta da Previdência Social; (apresentação.pdf)

JOSÉ FERNANDO RUIZ MATURANA - Procurador do Trabalho do Ministério Público do Trabalho;

MARCO ANTONIO DORNELLES, Vice-Presidente da Associação dos Fumicultores do Brasil - Afubra;

ISABEL CRISTINA OESTREICH, Assessora Jurídica do Sindicato Rural de Venâncio Aires/RS; (compareceu)

NESTOR BONFANTI, Vice-Presidente da Federação dos Trabalhadores da Agricultura - Fetag/RS;

EVANDRO MORELLO, Assessor Jurídico da Secretaria de Políticas Sociais da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura - CONTAG;

RODRIGO VALENTE FAGUNDES LEBRE - Assessor Técnico da Comissão Nacional do Trabalho e Previdência Social da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil - CNA; e

LUIZ ANTÔNIO M. DE ARAÚJO, Auditor-Fiscal do Trabalho do Ministério do Trabalho – MT.

Autores dos Requerimentos nºs 275/16, 305/16 e 307/16 - Deputado Alceu Moreira e nºs 290/16, 294/16 e 302/16 - Deputado Zé Carlos.

## **“Debater a utilização da farinha do arroz e seus derivados”.**

**24 de novembro**

Convidados:

HELINTON ROCHA - Coordenador da Produção Integrada das Cadeias Agrícolas da Secretaria de Mobilidade Social, do Produtor Rural e Cooperativismo - SMC do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA; (apresentação.pdf)

CAIO ROCHA - Secretário Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional do Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário - SESAN/MDSA;

TIAGO SARMENTO BARATA - Diretor Comercial do Instituto Rio Grandense de Arroz - IRGA; (apresentação.pdf)

ANDRÉ B. BARRETTO - Vice-Presidente da Associação Brasileira da Indústria do Arroz - Abiarroz;

LEILA PICOLLI DA SILVA - Professora da Universidade Federal de Santa Maria - UFSM; (apresentação.pdf)

PRISCILA ZACZUCK BASSINELLO - Pesquisadora da Embrapa Arroz e Feijão; (apresentação.pdf);

HENRIQUE OSORIO DORNELLES - Presidente da Federação dos Arrozeiros do Rio Grande do Sul - FEDERARROZ;

RODRIGO RIZZO - Presidente da Câmara Setorial do Arroz do Rio Grande do Sul, representando o Secretário de Agricultura do Estado do Rio Grande do Sul;

DAIRE PAIVA COUTINHO NETO - Presidente da Câmara Setorial da Cadeia Produtiva do Arroz.

Autor dos Requerimentos ns° 226/2016 e 303/2016 - Deputado Alceu Moreira PMDB/RS

**“Debater o Acórdão nº 1.717/2016 do Tribunal de Contas da União sobre o Adicional de Frete da Marinha Mercante e Fundo da Marinha Mercante elaborado em resposta PFC 39/2015 aprovada por essa Comissão.”**

**01 de dezembro**

Convidados:

URIEL DE ALMEIDA PAPA - Secretário de Fiscalização de Infraestrutura Portuária, Hídrica e Ferroviária do Tribunal de Contas da União - TCU; (arquivo.pdf)

DINO ANTUNES DIAS BATISTA - Secretário de Fomento para Ações de Transporte do Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil;

LUIZ FAYET - Consultor da Comissão de Logística e Infraestrutura da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil - CNA; (arquivo.pdf)

LUIS ANDRÉ SÁ d'OLIVEIRA - Chefe do Departamento de Gás e Petróleo do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES. (arquivo.pdf)

Autor do Requerimento nº 285/2016: Deputado Sérgio Souza - PMDB/PR

**“Discutir o plano de trabalho, ações e prioridades do novo Governo em relação ao setor agrícola e pecuário do Brasil”.**

**14 de dezembro**

Convidado:

Senador BLAIRO MAGGI - Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. (apresentação. pdf)

Autor do Requerimento N° 245/2016: Deputado Afonso Hamm - PP/RS

# **EMENDAS ORÇAMENTÁRIAS**

**Emendas ao Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2017 – PL 2/2016-CN,  
aprovadas em 06/07/16:**

**1)** EMENDA DE INCLUSÃO DE META. EMENTA: AÇÕES DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO DE TECNOLOGIAS PARA A AGROPECUÁRIA. PROGRAMA: 2042 PESQUISA E INOVAÇÕES PARA A AGROPECUÁRIA. AÇÃO: 20Y6 PESQUISA E DESENVOLVIMENTO DE TECNOLOGIAS PARA A AGROPECUÁRIA. PRODUTO (UNIDADE DE MEDIDA): PESQUISA DESENVOLVIDA (UNIDADE). ACRÉSCIMO DE META: 450;

**2)** EMENDA DE INCLUSÃO DE META. EMENTA: ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL FAMILIAR. PROGRAMA: 2012 FORTALECIMENTO E DINAMIZAÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR. AÇÃO: 2100 ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL PARA AGRICULTURA FAMILIAR. PRODUTO (UNIDADE DE MEDIDA): AGRICULTOR ASSISTIDO (UNIDADE). ACRÉSCIMO DE META: 500.000;

**3)** EMENDA DE INCLUSÃO DE META. EMENTA: FOMENTO AO SETOR AGROPECUÁRIO. PROGRAMA: 2077 AGROPECUÁRIA SUSTENTÁVEL. AÇÃO: 20ZV FOMENTO AO SETOR AGROPECUÁRIO. PRODUTO (UNIDADE DE MEDIDA): PROJETO APOIADO (UNIDADE). ACRÉSCIMO DE META: 337;

**4)** EMENDAS AO TEXTO DA LEI. EMENTA: MATOPIBA – PRIORIDADE PARA CONCESSÃO DE EMPRÉSTIMOS OU FINANCIAMENTOS. MODALIDADE: COMISSÃO. TIPO DE EMENDA: ADITIVA. REFERÊNCIA: CORPO DA LEI - ARTIGO 96 PARÁGRAFO 5º. TEXTO PROPOSTO: “INCLUI-SE NOVO INCISO AO PARÁGRAFO 5º DO ART. 96, COM A SEGUINTE REDAÇÃO: - CONSIDERAR COMO PRIORITÁRIAS, A CONCESSÃO DE EMPRÉSTIMOS OU FINANCIAMENTOS QUE ATENDAM EMPREENDIMENTOS INTEGRANTES DO PLANO DE DESENVOLVIMENTO AGROPECUÁRIO DO MATOPIBA.”

## **Emendas ao Orçamento para 2017 PL 18/2016 – CN, aprovadas em 11/10/2016:**

01 – EMENTA: ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL PARA A AGRICULTURA FAMILIAR; MODALIDADE DA EMENDA: COMISSÃO; TIPO DE EMENDA: APROP. - ACRÉSCIMO; LOCALIDADE BENEFICIADA: 9000000 - NACIONAL; ESFERA ORÇAMENTÁRIA: ORÇAMENTO FISCAL; UNIDADE ORÇAMENTÁRIA PRETENDIDA: SEC ESP AGR FAM DES AGRÁRIO; FUNCIONAL / AÇÃO / SUBTÍTULO: 21.606.2012.2100.0001 / ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL PARA AGRICULTURA FAMILIAR / NACIONAL; ESPECIFICAÇÃO DA META: AGRICULTOR ASSISTIDO (UNIDADE); QUANTIDADE: 50.000; ACRÉSCIMOS À PROGRAMAÇÃO (EM R\$ 1,00) – GND: 3 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES; MOD. APLICAÇÃO: 90 - APLIC. DIRETAS; RP: 2; VALOR ACRESCIDO: 100.000.000; GND: 4 - INVESTIMENTOS; MOD. APLICAÇÃO: 90 - APLIC. DIRETAS; RP: 2; VALOR ACRESCIDO: 100.000.000; TOTAL: 200.000.000; CANCELAMENTOS COMPENSATÓRIOS – SEQUENCIAL: 004202; FONTE: 188; GND: 9 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA; MOD. APLICAÇÃO: 99 - A DEFINIR; ID: 0; RP: 2; VALOR DEDUZIDO: 200.000.000; TOTAL: 200.000.000.

02 – EMENTA: FOMENTO AO SETOR AGROPECUÁRIO; MODALIDADE DA EMENDA: COMISSÃO; TIPO DE EMENDA: APROP. - ACRÉSCIMO; LOCALIDADE BENEFICIADA: 9000000 - NACIONAL; ESFERA ORÇAMENTÁRIA: ORÇAMENTO FISCAL; UNIDADE ORÇAMENTÁRIA PRETENDIDA: M. AG., PEC. E ABASTECIMENTO; FUNCIONAL / AÇÃO / SUBTÍTULO: 20.608.2077.20ZV.0001 / FOMENTO AO SETOR AGROPECUÁRIO / NACIONAL; ESPECIFICAÇÃO DA META: PROJETO APOIADO (UNIDADE); QUANTIDADE: 160; ACRÉSCIMOS À PROGRAMAÇÃO (EM R\$ 1,00) – GND: 3 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES; MOD. APLICAÇÃO: 90 - APLIC. DIRETAS; RP: 2; VALOR ACRESCIDO: 150.000.000; GND: 4 - INVESTIMENTOS; MOD. APLICAÇÃO: 90 - APLIC. DIRETAS; RP: 2; VALOR ACRESCIDO: 150.000.000; TOTAL: 300.000.000; CANCELAMENTOS COMPENSATÓRIOS – SEQUENCIAL: 004202; FONTE: 188; GND: 9 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA; MOD. APLICAÇÃO: 99 - A DEFINIR; ID: 0; RP: 2; VALOR DEDUZIDO: 300.000.000; TOTAL: 300.000.000.

03 – EMENTA: FORTALECIMENTO DO PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS - PAA; MODALIDADE DA EMENDA: COMISSÃO; TIPO DE EMENDA: APROP. - INCLUSÃO; ÁREA DE GOVERNO: ASSISTÊNCIA SOCIAL; MODALIDADE DE INTERVENÇÃO: 116 AQUISIÇÃO DE; TIPO DE REALIZAÇÃO PRETENDIDA: 006 - ALIMENTOS; LOCALIDADE BENEFICIADA: 9000000 - NACIONAL; ESFERA ORÇAMENTÁRIA: ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL; UNIDADE ORÇAMENTÁRIA PRETENDIDA: M. DO DES. SOCIAL E AGRÁRIO; FUNCIONAL / AÇÃO / SUBTÍTULO: 08.306.2069.2798 / AQUISIÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE ALIMENTOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA PROMOÇÃO DA SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL / NACIONAL; ESPECIFICAÇÃO DA META: FAMÍLIA AGRICULTORA BENEFICIADA (UNIDADE); QUANTIDADE: 40.000; ACRÉSCIMOS À PROGRAMAÇÃO (EM R\$ 1,00) – GND: 3 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES; MOD. APLICAÇÃO: 90 - APLIC. DIRETAS; RP: 2; VALOR ACRESCIDO: 200.000.000; TOTAL: 200.000.000; CANCELAMENTOS COMPENSATÓRIOS – SEQUENCIAL: 004202; FONTE: 188; GND: 9 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA; MOD. APLICAÇÃO: 99 - A DEFINIR; ID: 0; RP: 2; VALOR DEDUZIDO: 200.000.000; TOTAL: 200.000.000.

04 – EMENTA: PESQUISA AGROPECUÁRIA; MODALIDADE DA EMENDA: COMISSÃO; TIPO DE EMENDA: APROP. - ACRÉSCIMO; LOCALIDADE BENEFICIADA: 9000000 - NACIONAL; ESFERA ORÇAMENTÁRIA: ORÇAMENTO FISCAL; UNIDADE ORÇAMENTÁRIA PRETENDIDA: EMBRAPA; FUNCIONAL / AÇÃO / SUBTÍTULO: 20.572.2042.20Y6.0001 / PESQUISA E DESENVOLVIMENTO DE TECNOLOGIAS PARA A AGROPECUÁRIA / NACIONAL; ESPECIFICAÇÃO DA META: PESQUISA DESENVOLVIDA (UNIDADE); QUANTIDADE: 200; ACRÉSCIMO À PROGRAMAÇÃO (EM R\$ 1,00) – GND: 3 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES; MOD. APLICAÇÃO: 90 - APLIC. DIRETAS; RP: 2; VALOR ACRESCIDO: 50.000.000; GND: 4 - INVESTIMENTOS; MOD. APLICAÇÃO: 90 - APLIC. DIRETAS; RP: 2; VALOR ACRESCIDO: 50.000.000; TOTAL: 100.000.000; CANCELAMENTOS COMPENSATÓRIOS – SEQUENCIAL: 004202; FONTE 188; GND: 9 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA; MOD. APLICAÇÃO: 99 - A DEFINIR; ID: 0; RP 2; VALOR DEDUZIDO: 100.000.000; TOTAL: 100.000.000.

## **EXPEDIENTE**

### **Produção Editorial**

Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural

### **Impressão e Acabamento**

Gráfica

### **Redação**

Agência Câmara (com modificações)

CAPADR - Francisco Alexandre Pierre Barreto

CAPADR - Nayara Oliveira

CAPADR - Luciana Melo Dias

### **Projeto Gráfico e Diagramação**

CAPADR – Luciana Melo Dias

CAPADR - Francisco Alexandre Pierre Barreto

### **Fotografias**

Banco de Imagens da Câmara dos Deputados

Gabinetes dos deputados membros da CAPADR

Banco de Imagens Gratuito [www.pixabay.com](http://www.pixabay.com)